

2º CICLO

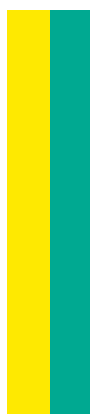
ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Alimentação escolar em tempos de pandemia. Respostas sociais durante o encerramento das escolas.

Ana Margarida Rocha Ferreira

M

2021



Alimentação escolar em tempos de pandemia. Respostas sociais durante o encerramento das escolas.

School meals during pandemic. Socials responses during school closures.

Ana Margarida Rocha Ferreira

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Orientadora: Prof.^a Doutora Cecília Medeiros de Moraes,

Professora Auxiliar convidada na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Coorientadora: Mestre Sofia Daniela Ferreira Martins,

Nutricionista na Divisão de Educação do Município de Vila Nova de Famalicão

Estudante do Programa Doutoral em Saúde Pública - ISPUP | EPIUnit | Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Dissertação de candidatura ao grau de Mestre em Alimentação Coletiva
apresentada à Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade
do Porto

2021

Agradecimentos

Devo agradecer à Professora Doutora Cecília Medeiros de Moraes e à Mestre Sofia Martins que me deram todo o apoio e as ferramentas necessárias para elaboração deste projeto.

Agradecer, também, à Professora Doutora Ada Rocha, Diretora do mestrado que durante o mesmo esteve sempre disponível para a resolução de problemas.

Agradecer, por fim, a todos os professores do mestrado de alimentação coletiva que me transmitiram um pouco do seu conhecimento possibilitando a realização deste passo na minha educação.

Resumo

Introdução: Com o aparecimento do vírus SARS-COV-2 em janeiro de 2020, o Mundo deparou-se com uma pandemia de origem desconhecida de rápida disseminação e sem tratamento conhecido. Com o aumento do número de casos, a sociedade viu-se sem meios suficientes nos serviços de saúde para o seu controlo. Portugal, entra em estado de emergência, à semelhança de muitos outros países, sendo obrigado a confinamentos e encerramento de diversas atividades, incluído as escolas. Estas encerraram por dois longos períodos, causando um grande impacto, não só a nível educacional e social, mas também a nível nutricional. Os Municípios tiveram de se ajustar a essa realidade, tendo como uma das prioridades a manutenção do fornecimento das refeições escolares aos alunos inscritos nas escolas públicas do País. **Objetivo:** Compreender o método de atuação dos Municípios e sua capacidade de resposta na disponibilização de refeições escolares durante o encerramento escolar. **Metodologia:** Aplicação de um inquérito online de administração direta a todos os municípios de Portugal Continental. Toda a análise estatística foi efetuada com o programa *IBM SPSS Statistics*. **Resultados:** Obteve-se uma amostra de 166 municípios. A maioria dos municípios conseguiram manter as ementas planeadas (81,9%) contudo apenas 53,3% destes obtiveram alterações efetuadas por nutricionistas. O almoço foi a principal refeição oferecida (98,4%). 45,2% dos Municípios referem ter tornado refeições escolares gratuitas para todos os alunos durante esse período. Estas refeições foram disponibilizadas em 54,8% dos municípios a todos os alunos sem distinção dos níveis de escolaridade e 34,3% a alunos do pré-escolar e 1º ciclo de ensino básico. Os principais privilegiados pela gratuitidade das refeições são alunos do escalão 1 em

92,7% dos municípios, seguindo o escalão 2 em 81,3%, os filhos dos profissionais de serviços essenciais em 71%, crianças sem retaguarda familiar em 41,8% e todos os alunos em 9% dos municípios. Crianças em situação de isolamento profilático ou doentes com COVID-19 também foram abrangidos por estes apoios (65,7% dos municípios tiveram pedidos), sendo as refeições entregues ao domicílio. Apenas 17,5% dos municípios fez monitorização da satisfação do serviço resultando em 48,3% em satisfação, 27,5% muito satisfeitos e os restantes sem informação.

Conclusões: De um modo geral os municípios conseguiram-se adaptar à realidade vivida durante a pandemia e por consequência ao encerramento das escolas, disponibilizando alternativas possíveis para manter o serviço de refeição escolar ativo durante este período.

Palavras-Chave: refeições escolares, Apoio Social Escolar (ASE), pandemia, COVID-19, Municípios.

Abstract

Introduction: Due to the appearance of the SARS-COV-2 virus, in January 2020, the world faced a Pandemic of unknown origin, with rapid spread and without known treatment. With the increase in the number of cases, the society found itself without sufficient sources in the Health System to control it. Portugal enters a state of emergency, like many other countries, being forced to confinement and closure of various activities, including schools. Schools were closed for two long periods, causing a huge impact, not only at the educational and social level but also on a nutritional level. Municipalities had to adjust to this reality, having as one of their priorities the maintenance of the provision of school meals to students enrolled in public schools in the country, during school closing. **Methodology:** Application of an online survey of direct administration to all municipalities in mainland Portugal. All statistical analysis was performed using the IBM SPSS Statistics program. **Results:** A sample of 166 municipalities was obtained. Most municipalities managed to keep the planned school meals (81.9%), however, only 53.3% of these has been changed by nutritionists. Lunch was the main meal offered (98.4%). 45.2% of the municipalities reported having made school meals free for all students during this period. These meals were made available in 54.8% of the municipalities to all students, regardless of educational level, and 34.3% to students in pre-school and 1st cycle of basic education. The main beneficiaries of free meals are students in level 1 in 92.7% of the municipalities, followed by level 2 in 81.3%, children of essential services professionals in 71%, children without family support in 41.8% and all students in 9% of the municipalities. Children in a situation of prophylactic isolation or sick with COVID-19 were also covered by this

support (65.7% of the municipalities had requests), with meals being delivered at home. Only 17.5% of the municipalities monitored service satisfaction, resulting in 48.3% in satisfaction, 27.5% very satisfied and the rest without information.

Conclusions: In general, the municipalities were able to adapt to the reality experienced during the Pandemic and consequently to the closing of schools, providing possible alternatives to keep the school meal service active during this period.

Keywords: school meals, School Social Support, Pandemic, COVID-19, Municipalities.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	v
Lista de Abreviaturas.....	x
Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas.....	xii
1. Introdução.....	1
1.1. PARTE I	
1.1.1. Evolução do sistema de refeições escolares em Portugal	1
1.2. PARTE II	
1.2.1. Importância da alimentação saudável durante a idade escolar .	5
1.2.2. Pobreza em Portugal	7
1.2.3. Apoios no âmbito da Ação Social Escolar	10
1.3. PARTE III	
1.3.1. Pandemia pelo SARS-COV-2.....	11
1.3.2. Estado de emergência e o encerramento das escolas.....	13
1.3.3. Importância da aplicação de estratégias nacionais para apoio à alimentação durante o encerramento escolar	14
2. Objetivos	15
2.1. Objetivo geral	15
2.2. Objetivo específico	15
3. Material e Métodos.....	16

3.1.	Participantes	16
3.2.	Recolha de dados	17
3.3.	Análise estatística	18
4.	Resultados	19
4.1.	Dados Sociodemográficos	19
4.2.	Alternativas de Apoio alimentar disponibilizadas aos alunos durante o encerramento das escolas (16 de março de 2020 e, novamente a 21 de maio de 2021)	21
4.3.	Pedidos de Apoio Social Escolar aos Municípios	24
4.4.	Capacidade de resposta dos Municípios aos pedidos de Apoio Social Escolar	25
4.5.	Medidas de apoio extraordinárias elaboradas pelos Municípios ...	27
4.6.	Procedimentos de apoio em situação de isolamento profilático ou doença COVID-19	29
4.7.	Alterações das ementas durante o encerramento das escolas - motivos e entidades/profissionais que definiram essas alterações.	31
4.8.	Avaliação da satisfação com as refeições escolares durante o encerramento das escolas	34
5.	Discussão e Conclusões	35
6.	Referências Bibliográficas	48
	Anexos	53
	Anexo A1 - Questionário	54
	Anexo A2 - Lista de município que participaram no inquérito	63
	Anexos B - Figuras e Tabelas	65

Lista de Abreviaturas

AESA - Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AS - Alimentação Saudável

ASAE - Autoridade de Segurança alimentar e económica

DGAV - Direção Geral de alimentação e veterinária

DGIDC - Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DRE - Direções Regionais de Educação

EA - Educação alimentar

FEAC - Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados

IASE - Instituto de Ação social escolar

IASE* - Instituto dos Assuntos Sociais da Educação

MP - Mocidade Portuguesa

OMEN - Obra das Mães pela Educação Nacional

OMS - Organização Mundial de Saúde

NASE - Núcleos de Ação Social Escolar

PAM - Programa de Ajustamento Municipal

PERA - Programa Escolar de Reforço Alimentar

PH - Produtos Hortícolas

PNPAS - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

RFE - Regime de Fruta Escolar

SASE - Serviços de Ação Social Escolar

VET - Valor Energético Total

1CEB - 1º Ciclo do Ensino Básico

Lista de Figuras

Figura 1. Apoio por parte da Ação Social Escolar (ASE), por nível de escolaridade mais elevado completado pelos pais/tutores.

Figura 2. COVID-19 e Insegurança alimentar.

Figura 3. Refeições disponibilizadas aos alunos durante o encerramento das escolas (n, %).

Figura 4. Número de refeições disponibilizadas por aluno (n, %).

Figura 5. Alterações feitas pelos Municípios no valor das refeições escolares (n, %).

Figura 6. Fornecimento de refeições por nível de ensino (n, %).

Figura 7. Fornecimento de refeições por tipo de apoio disponibilizado pelos Municípios (n, %).

Figura 8. Alterações de ementas por tipo de serviço fornecido (n, %).

Figura 9. Motivos das alterações feitas às ementas (n, %).

Figura 10. Monitorização da satisfação do serviço de refeições escolares durante o encerramento das escolas (n, %).

Figura 11. Grau de satisfação com o serviço de refeições escolares durante o encerramento das escolas (n, %).

Lista de Tabelas

Tabela 1. Características Sociodemográficas.

Tabela 2. Questionários respondidos por Região Geográfica (n) e taxas de resposta (%).

Tabela 3. Modo de disponibilização de refeições durante o encerramento das escolas (n, %).

Tabela 4. Municípios que aceitaram novos pedidos Ação Social Escolar e que mantiveram pedidos já existentes (n.%).

Tabela 5. Número de pedidos de Ação Social Escolar por Região geográfica, antes e depois do encerramento das escolas.

Tabela 6. Capacidade de resposta dos Municípios aos pedidos Ação Social Escolar existentes e apoios oferecidos (n, %).

Tabela 7. Pedidos de refeição escolar em situação de Isolamento Profilático ou infecção por COVID-19 (n, %).

Tabela 8. Responsáveis pela distribuição das refeições escolares a alunos em isolamento profilático ou com infecção por COVID-19 (n, %).

Tabela 9. Alterações de ementas e pessoa responsável pelas alterações (n, %).

Tabela 10. Tipos de embalagens utilizadas para refeições take-away (n, %).

1. Introdução

1.1. Parte I

1.1.1. Evolução do sistema de refeições escolares em Portugal

O sistema de refeições escolares em Portugal tem sofrido diversas alterações ao longo dos anos. Foi um processo desenvolvido através de programas alimentares, mudanças a nível organizacional, rede de infraestruturas materiais, equipamentos escolares para fornecimento de refeições em larga escala como cantinas e bufetes, alterações a nível dos menus escolares, das normas sociais quanto à alimentação saudável (AS) e educação alimentar.¹

Durante o período do Estado Novo, as refeições escolares serviam para atenuar os efeitos de pobreza, mesmo assim dada a obrigatoriedade escolar ser apenas de 3 anos, este apoio era apenas num curto período de tempo e não chegava a todas os alunos que sofriam por carência alimentar por falta de rede de cantinas escolares. Contudo, não chegavam a todas as crianças com carências alimentares e as que tinham esse privilégio era por pouco tempo, visto que no Estado Novo a escolaridade obrigatória teria sido reduzida a três anos. Em famílias em situação de pobreza essa refeição era a única completa para as crianças.¹

Em 1918 o Estado Português decreta a construção de cantinas escolares para os alunos mais carenciados. A assistência social estava organizada sob a forma associativa, fornecendo refeições gratuitas nas cantinas aos alunos mais carenciados.² Anos depois é dispensado o pagamento de propinas a alguns alunos comprovadamente pobres e com aproveitamento escolar.³ Já em 1936, a alimentação passa para a jurisdição da Mocidade Portuguesa (MP), organização criada pelo Estado Novo tinha a cargo o fornecimento de refeições escolares junto

com a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), uma organização assistencialista civil.¹

Durante este período, a composição das refeições era definida por médicos escolares (sopa, prato abundante e fruta), tendo poucas restrições comparativamente ao panorama da atualidade, onde as ementas escolares se apresentam adaptadas às necessidades infantis, limitando alimentos menos saudáveis.¹

Mais tarde, em 1971 dá-se a extinção da MP e da OMEN e criação do Instituto de Ação Social Escolar, sendo as cantinas transferidas para a alçada do IASE. Com a implementação da obrigatoriedade escolar de 6 anos (anteriormente 3anos) o acesso às refeições passa a abranger um maior número de crianças. A ementas começam ainda a ser concebidas com base nos princípios de uma alimentação equilibrada, contudo a alimentação escolar era acessível ainda assim a poucas crianças.¹ A meados dos anos 70, no âmbito da introdução do Programa de Alimentação Racional e com um maior interesse na contribuição nutricional para a saúde, foi criado o Suplemento Alimentar, que consistia na distribuição de leite escolar, dando mais tarde origem ao Programa do Leite Escolar. A oferta alimentar escolar passa a ser concebida com o objetivo de promover uma dieta mais equilibrada. Iniciando-se assim a primeira etapa de um longo processo de regulamentação das ementas escolares.⁵

Em 1984 são produzidas as Normas Gerais de Alimentação para regular a alimentação nas escolas. Foram reforçadas Orientações previas sobre a importância de uma alimentação equilibrada. Os Municípios passam a gerir a alimentação do 1º Ciclo do Ensino Básico (1CEB), exceto o Programa de Leite Escolar, que se mantém sob a competência do Ministério da Educação.¹ Em

matéria de refeições escolares, prevê-se apenas uma refeição, o almoço, sendo que este deveria obedecer aos critérios de uma refeição equilibrada segundo orientações que se designaram “leis fundamentais”: lei da quantidade, lei da qualidade, lei da harmonia e a lei da adequação.⁵

A segunda metade da década de oitenta fica marcada pela passagem gradual de competências a nível da alimentação escolar nos restantes ciclos de ensino para a Direção Regional de Educação mantendo-se o 1ºCEB responsabilidade dos municípios.⁶

No início dos anos noventa o Instituto de ação social escolar publica as novas Normas Gerais sobre Alimentação e Nutrição, que permaneceram como linhas orientadoras para a alimentação escolar até 2007. “Na época, a prevalência de um conjunto de hábitos alimentares considerados pouco saudáveis entre as crianças e o fenómeno emergente de alguma resistência a tomar refeições na cantina escolar conduziu a algumas alterações na composição daquelas, entre as quais se destaca a promoção de uma oferta diversificada e atrativa e, ainda, a alteração das capitações dos alimentos de acordo com o nível de ensino a que estes se destinam. No início da década de 90 a rede de cantinas escolares cobria 83% da população escolar”. As competências em matéria de Ação Social Escolar passam para as DREs resultando num ganho de autonomia para as escolas e para os municípios.⁷

Ao entrarmos no século XXI é constituída a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) e proibição da instalação de estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas na proximidade das escolas. A Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular produz novas recomendações sobre a alimentação nas escolas passando por controlo mais apertado do tipo de produtos

disponibilizados, da higiene e da segurança alimentares.¹⁷ Com a preocupação relativamente a efeitos negativos da alimentação menos equilibrada ao nível da saúde, como a obesidade infantil, os bufetes escolares passam a respeitar a lista de alimentos promovidos ou limitados e as cantinas escolares passam a ter uma lista orientadora de alimentos e bebidas autorizados, assim como as respetivas capitações. Dá-se a transferência de competências para a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e Direção Geral da Alimentação e Veterinária em matéria de higiene e segurança alimentar.¹ É ainda desenvolvido o Regime da Fruta Escolar (RFE) com o objetivo de promover a prática da alimentação saudável.⁸

Em 2012 deu-se a criação do Programa Escolar de Reforço Alimentar, visando o fornecimento do pequeno-almoço na escola para os alunos sinalizados em situações de pobreza alimentar. Houve ainda a criação Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável com vários objetivos, entre eles, a nível escolar, de alterar a disponibilidade de certos alimentos e promover ações transversais que incentivem o consumo de alimentos com boa qualidade nutricional e melhorar as qualificações dos diferentes profissionais que, pela sua atividade, possam influenciar as atitudes e comportamentos alimentares das crianças, como professores, auxiliares ou colaboradores dos refeitórios.⁹

No ano seguinte o Portugal recebe cerca de 157 milhões de euros no âmbito do Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC). Foram estabelecidas as operações «Aquisição de Produtos Alimentares» e «Distribuição de Produtos Alimentares».¹⁰

Em 2018, o serviço de refeições escolares passou a estar disponível também em períodos de interrupção letiva (Natal e Páscoa) em todos os estabelecimentos de educação.¹¹

1.2. PARTE II

1.2.1. Importância da alimentação saudável durante a idade escolar

“Que o vosso alimento seja o vosso medicamento.”

Hipócrates (há 2500 anos)

Ao longo dos anos deparamo-nos com a consciencialização da importância dos alimentos e de uma alimentação saudável ao longo da vida para a saúde humana. Com essa preocupação crescente, observou-se um aumento substancial de evidência científica e epidemiológica, nas últimas décadas, a sustentar a relação entre a alimentação e a saúde, mostrando-a como fator de risco ou de proteção.¹²

A educação alimentar começou a ganhar importância para a manutenção da saúde, sendo essencial para a prevenção de certas doenças e para a promoção da saúde.^{12,13}

A Organização Mundial de Saúde na Global “strategy on diet, physical activity and health”¹¹ defende que as políticas e programas escolares devem apoiar a adoção de hábitos alimentares saudáveis, incentivando os governos a apoiar o fornecimento de refeições saudáveis nas escolas, assim como o controle

dos acessos a alimentos com alto teor de gorduras, açúcares ou sal, tendo a disponibilização deste tipo de oferta sido regulamentada.

Em Portugal temos uma Circular onde se encontram estas “Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares”¹⁵ para que todos os alunos tenham acesso a refeições nutricionalmente equilibradas, seguras e saudáveis, independentemente da situação socioeconómica e familiar.

Esta Circular contempla ainda restrições ou de alguns géneros alimentícios nas escolas e elaboração de diretrizes com alimentos e tipo de confeções a ser limitados ou promovidos. Visto a escola ser um espaço educativo e promotor de saúde devem ser criados cenários valorizadores da AS através de meios como conteúdos educativos e oferta alimentar.^{13,16}

Por iniciativa do âmbito europeu, dá-se a criação do Regime de Fruta Escolar, consistindo na distribuição gratuita de frutas e vegetais a todas as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, dois dias por semana, contribuindo assim para a promoção do consumo de hortofrutícolas nas crianças.⁸

Para além dessa distribuição, também tem como objetivo o desenvolvimento de atividades em meio escolar que visam dar a conhecer a origem dos produtos e desenvolver competências a nível da AS.⁹ Este Programa disponibiliza ainda diversos materiais pedagógicos e atividades, pretendendo incentivar também os professores no desenvolvimento das mesmas com os seus alunos.¹⁸ Para além da fruta e produtos hortícolas, também o regime de distribuição de leite nas escolas, que consiste na distribuição diária e gratuita de 20 cl de leite às crianças ao longo de todo o ano letivo, tem como objetivo o apoio na melhoria do estado nutricional das crianças.¹⁸

Os refeitórios escolares devem ser o reflexo da aplicação dos conceitos da alimentação saudável que os alunos aprendem nas aulas^{19,20} assumindo, uma responsabilidade acrescida, não apenas pela perspectiva nutricional e alimentar^{21,22}, como também a nível educacional, sendo um espaço onde os hábitos alimentares saudáveis devem ser estimulados.²³ Sendo a escola um lugar de aprendizagem, os alunos já se encontram disponíveis para o conhecimento tornando-se propícia a educação alimentar para além do custo reduzido da sua intervenção.²⁴ Além disso, grande parte dos alunos fazem, pelo menos, duas refeições por dia na escola, facilitando a prática do que é aprendido.²⁵

1.2.2. Pobreza em Portugal

“...os níveis de pobreza infantil continuam elevados em Portugal, sublinhando que se estima em 22,3% a percentagem de crianças a viver nesta situação, pelo que se recomenda medidas destinadas a aumentar o rendimento das famílias.”

UNICEF, 2019

Em Portugal, temos muitos alunos de famílias carenciadas ou com poucos recursos económicos. Estima-se que estes apenas tenham acesso a uma única refeição quente por dia - o almoço disponibilizado pela escola.^{17,23} Isto leva a uma responsabilidade acrescida da escola em oferecer refeições saudáveis, completas, equilibradas e seguras preenchendo as necessidades a nível nutricional dos seus alunos.²³

“Em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis e importa assegurar uma atenção especial a essas crianças.”

Convenção sobre os Direitos da Criança, 2019

A pobreza alimentar representa um fenómeno complexo com repercussões na saúde resultando num aumento das despesas publicas relativas ao tratamento de problemas associados à qualidade da alimentação, como a diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras.⁶⁶ Nas crianças tem ainda implicações a nível do aproveitamento escolar e consequentemente nas oportunidades futuras de inserção no mercado de trabalho mais qualificado.²⁷

Segundo a “UNICEF Innocenti Research Centre⁴⁵, em 2009, 27,4% das crianças com idade inferior a 16 anos estavam privadas do consumo de dois ou mais itens de consumo básico, entre os quais a ingestão de três refeições diárias (pelo menos uma refeição de carne ou peixe ou a ingestão diária de fruta e hortícolas). Estes valores chegam aos 73,6% em famílias em que ambos os progenitores estavam desempregados. Entre 2008 e 2012 deu-se ainda um aumento de 50% no número de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar.²⁸

No ano letivo de 2012/2013 o programa escolar de reforço alimentar foi criado em resultado do aumento significativo de crianças que estariam a ir para a escola sem tomar o pequeno-almoço. Nesse ano letivo o programa chegou a 5547 alunos em 10800 sinalizados.¹

Além desta iniciativa, diversos refeitórios mantiveram-se abertos durante os períodos de férias letivas com o objetivo de prestar apoio a estas crianças²⁸,

contudo insuficientes face ao agravamento das condições das famílias, devido à crise económica que o País atravessava.

Em 2015, cerca de 19,3% dos agregados familiares portugueses estavam em situação de insegurança alimentar, mostrando ainda que estes apresentavam uma menor adesão à dieta mediterrânica, comparativamente aos agregados familiares sem insegurança alimentar.²⁹

O relatório “State of School Feeding Worldwide 2020” do World Food Programme divulgado em 2020 indicou que uma em cada duas crianças em idade escolar beneficiam de refeição escolar, correspondendo a 388 milhões de crianças no mundo, tendo havido um aumento de 9% desde 2013, face ao ano anterior.³⁰ A crescente consciencialização pública sobre o problema da pobreza e insegurança alimentar é então expressa pela formulação de instrumentos de combate à pobreza. Em 2021 são realizados os projetos “Aquisição de produtos alimentares” e “distribuição de produtos alimentares” com a disponibilização de orçamentos de 157 milhões de euros no Fundo Europeu de auxílio aos carenciados (FEAC).³¹

O conceito de Insegurança Alimentar surge para mencionar situações em que o acesso ao alimento é reduzido, inadequado ou inexistente, entendendo-se assim segurança alimentar quando “todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.³²

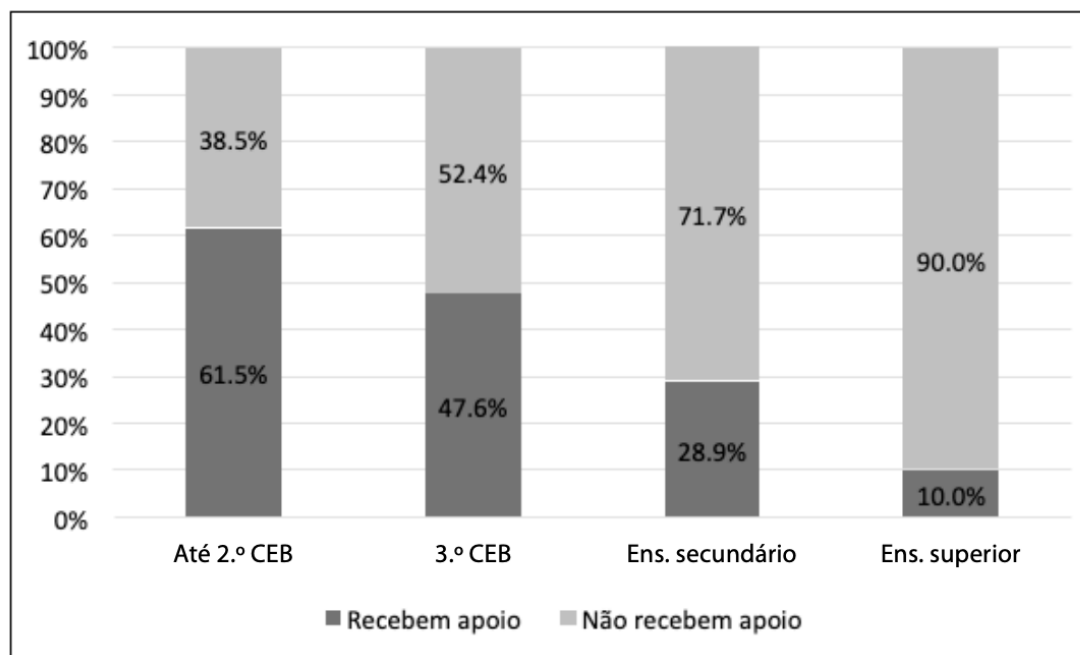
1.2.3. Apoios no âmbito da Ação Social Escolar

É da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios os apoios socioeconómicos que resultam na Ação Social Escolar (ASE). Este abrangem, não só o apoio alimentar, como outros tais como alojamento, auxílios económicos ou acesso a recursos pedagógicos de crianças desde o pré-escolar até ao secundário frequentando escolas privadas ou públicas, cooperativas em regime de contrato de associação e escolas profissionais situadas em áreas geográficas não abrangidas pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).³³

Crianças que beneficiem de ASE têm benefícios económicos relativamente à refeição escolar. Este benefício é atribuído por escalões, sendo o A (escalão 1 do abono de família) e B (escalão 2 do abono de família) abrangido valores diferentes no custo da refeição. O escalão A oferece a refeição na totalidade e o escalão B beneficia de 50% do valor da refeição. Estas condições são transversais a todos os ciclos de estudos e observa-se um maior número de crianças com o escalão A.³⁴ Temos, em Portugal, ainda os considerados apoios extra a famílias carenciadas. Estes conjuntos de medidas são criados de modo a garantir a equidade de oportunidades no acesso e sucesso escolar.

Pelo inquérito à “pobreza e segurança alimentar das famílias portuguesas com crianças em idade escolar”³⁵ realizado em 2014, observou-se que 38.1 % das famílias em situação de insegurança alimentar não obtinha este tipo de apoio. Constatou-se ainda que estas famílias que não têm acesso ao ASE são mais escolarizadas (ensino secundário ou superior).

Figura 1. Apoio por parte da Ação Social Escolar (ASE), por nível de escolaridade mais elevado completado pelos pais/tutores (n=198).



Fonte: Inquérito à Pobreza e Segurança alimentas das famílias portuguesas com crianças em Idade Escolar 2014.

1.3. PARTE III

1.3.1. Pandemia pelo SARS-COV-2

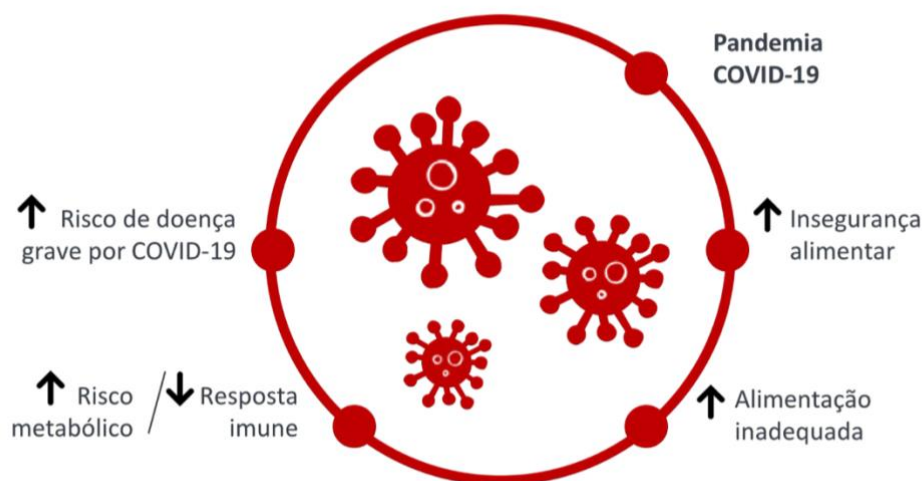
Em Janeiro de 2020 é identificado o primeiro caso do novo coronavírus SARS-COV-2, responsável pela doença Covid-19, em Wuhan, cidade da China tendo causado o seu primeiro surto. A 2 de Março do mesmo ano chega a Portugal o primeiro caso confirmado.

Um coronavírus causa doença no ser humano e a sua infeção pode ser semelhante a uma síndrome gripal comum ou desenvolver para uma doença mais grave como a pneumonia.³⁶ O novo coronavírus (SARS-COV-2) responsável pela

Covid-19 é ainda de origem desconhecida e transmite-se frequentemente por gotículas e aerossóis de secreções respiratórias. Pode ainda ocorrer transmissão através de objetivos ou superfícies contaminadas, embora menos comum devido à sua sensibilidade à humidade e secura.³⁷

Em relação à nutrição e alimentação, transversal a todas as doenças, um estado nutricional e de hidratação adequados contribuem para um melhor sistema imunitário e, por conseguinte, maior capacidade de recuperação dos indivíduos infetados pela SARS-COV-2.³⁸

Figura 2. COVID-19 e Insegurança alimentar.



Fonte: Manual intervenção alimentar e nutricional na COVID-19.

1.3.2. Estado de emergência e o encerramento das escolas

Desde o início desta pandemia, Portugal já acumula 218 dias de estado de emergência. Foi declarado primeiramente a 19 de Março de 2020, sendo renovado até 2 de Maio do mesmo ano, e voltou a ser necessário a 9 de Novembro de 2020 vigorando até 30 de Abril do ano seguinte.

Estima-se que em 138 países as escolas tenham sido fechadas a nível nacional e em outros países tenham sido implementados encerramentos a nível regional ou local, afetando cerca de 80% das crianças no mundo.³⁹

A UNESCO vai mais longe, assumindo que o encerramento das escolas trouxe a maior crise da educação na história.⁴⁰ A implicação direta no acesso à educação é indiscutível, contudo, outros benefícios do sistema educacional são também uma preocupação, diminuindo, a longo prazo, as perspetivas de uma vida futura melhor em crianças desfavorecidas.³⁰

Da perspetiva dos programas de alimentação escolar, cerca de 370 milhões de crianças em aproximadamente 161 países foram privadas da sua refeição principal do dia repetidamente tendo um impacto negativo a nível global.³⁰

“Espera-se que sejam mais prejudiciais para as crianças nos países mais pobres e nos bairros mais pobres, e para aquelas que já se encontram em situação de desvantagem ou vulnerabilidade”

(Nações Unidas, 2020)

A pandemia COVID-19 veio destacar a necessidade de expandir o conceito de educação e reconstruir serviços de saúde e nutrição equitativos e de qualidade nas escolas.³⁰

1.3.3. Importância da aplicação de estratégias nacionais para apoio à alimentação durante o encerramento escolar

Em Portugal deparámo-nos com dois períodos de interrupção escolar devido a Covid-19: 6 meses em 2020 (iniciando em Março) e por 2 a 3 meses (dependendo do ciclo escolar) com início em Janeiro de 2021.

Esta medida de suspensão enquanto medida excecional e temporária pode ter graves implicações no direito das crianças à educação e a uma alimentação adequada.⁴¹ A maioria das crianças passam pelo menos seis horas por dia na escola, onde fazendo grande parte das suas refeições (apox. 50% do VET), podendo para alguns ser mesmo a única refeição quente e completa do dia.^{28,42} Assim, deve ser salvaguardada a segurança alimentar e nutricional dos alunos e utilizar todos os recursos disponíveis durante o encerramento das escolas.^{41,43}

Mesmo em estabelecimentos de educação que tenham sido encerrados, o fornecimento de refeições escolares deverá estar assegurado independentemente de o refeitório e o bufete escolar ser de gestão direta ou concessionada.⁴⁴ Este fornecimento pode ocorrer de diversas formas como refeições para take away, refeições entregues no domicílio, cabazes alimentares ou até serem feitas em refeitório. As ementas devem ser adequadas e adaptadas a cada situação, sem prejuízo do fornecimento de refeições completas e equilibradas.¹⁵

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Conhecer e compreender as diversas respostas por parte dos municípios portugueses no fornecimento de refeições escolares, durante o encerramento das escolas, particularmente a alunos que beneficiam de Apoio Social Escolar.

2.2. Objetivos específicos

1. Conhecer as diferentes alternativas de apoio alimentar disponibilizadas aos alunos durante o encerramento das escolas;
2. Perceber se houve aumento nos pedidos de apoio social escolar;
3. Compreender se existiu capacidade para dar resposta a todos os pedidos por parte da Autarquia;
4. Conhecer medidas de apoio extraordinárias elaboradas pelas Autarquias;
5. Identificar procedimentos quanto aos apoios em situação de isolamento profilático ou doença COVID-19;
6. Identificar alterações ao nível das ementas e quais os motivos, durante o encerramento das escolas;
7. Conhecer as entidades/profissionais que definiram essas alterações;
8. Identificar a existência de avaliação/monitorização da satisfação das refeições escolares durante o encerramento das escolas.

3. Material e Métodos

3.1. Participantes

Os participantes deste estudo foram os Municípios de Portugal (incluindo Portugal Continental e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

Para serem incluídos no estudo, um colaborador do Município teria que responder ao questionário durante o período de tempo estipulado, de 28 de maio a 2 de agosto de 2021. As respostas teriam que ser fornecidas por um colaborador da Divisão de Educação ou Ação Social da respetiva Autarquia, como o chefe de Divisão, nutricionista, ou outro com o conhecimento para resposta ao questionário online.

As respostas não foram de carácter anónimo, sendo que os Municípios foram divididos entre Regiões Geográficas: Norte, Centro, Área metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve.

Os critérios de inclusão para este estudo foram: municípios responsáveis pelo fornecimento das refeições escolares (pelo menos do ensino pré-escolar e 1 CEB), com autonomia e conhecimento nas decisões de resposta. Neste sentido, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram excluídas do estudo por não cumprirem os critérios de inclusão já que neste caso os governos regionais é que são responsáveis em matéria de refeições escolares.

Foi disponibilizado o contacto de email da investigadora responsável pelo estudo como meio de comunicação em caso de dúvidas relativas ao preenchimento do questionário.

3.2. Recolha de dados

A recolha de informação foi efetuada através da aplicação de um questionário, de administração direta, elaborado pela plataforma *Google forms*⁴⁶, sendo que o tempo previsto para o seu preenchimento era de 5 minutos (Anexo A, 1).

Este questionário era composto por questões relacionadas com características sociodemográficas (identificação do município e do colaborador responsável pelo preenchimento do questionário), alimentação fornecida pelo município (como as refeições eram disponibilizadas, quais eram disponibilizadas), apoio económico (alterações do preço das refeições, gratuidade das refeições) e situações isolamento profilático (disponibilização de refeição ao domicílio para crianças em IP ou com COVID-19). No total era composto por 22 questões:

- 9 questões de resposta aberta;
- 3 questões de resposta fechada com várias opções de resposta;
- 2 questões de escolha múltipla com opção de resposta aberta na alínea “outra”;
- 13 questões de resposta fechada com apenas 1 opção de resposta.

Previamente ao início do estudo foi feito um teste Piloto com a participação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Após resposta de uma nutricionista afeta à Divisão de Educação do Município, foram realizadas alterações à primeira versão do questionário. Posteriormente, no dia 2 de maio de 2021, o link para o questionário foi enviado por email junto com explicação do estudo para as 308 Câmaras Municipais de Portugal Continental e Ilhas. O mesmo continha informações sobre o estudo e dados de contacto para apoio no

preenchimento se necessário. Mais tarde foram desconsideradas as Regiões Autónomas da Madeira e Açores, por se ter verificado que nas Regiões Autónomas a alimentação escolar não é da responsabilidade dos municípios^{68,69}. A 2 de Agosto do mesmo ano foi dada como encerrado a recolha de respostas aos questionários, tendo sido obtido um total de 166 respostas completas para análise, de um total de 278 questionários enviados para todos os Municípios de Portugal Continental.

3.3. Análise estatística

Os dados dos questionários (n=166) foram recolhidos a 20 de agosto de 2021 pelo *software google forms*⁴⁶ foram extraídos para um ficheiro Excel onde foi realizado o tratamento das variáveis. Foram ainda criadas novas categorias para respostas abertas.

Em seguida, exportou-se o ficheiro para o programa *IBM SPSS Statistics* (versão 21.0.0.0 para Windows), no qual foi realizada a análise estatística das variáveis.

Os dados analisados foram constituídos maioritariamente por variáveis categóricas, incluído dicotómicas, com opção de resposta “Sim” ou “Não” e apenas duas variáveis numéricas.

As variáveis foram descritas usando frequências absolutas, relativas mínimas e máximas. A avaliação da normalidade foi efetuada usando coeficientes de simetria e achatamento. O teste não-paramétrico de Wilcoxon foi aplicado para determinar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis numéricas: “número de pedidos de ASE antes do encerramento das escolas” e

“número de pedidos ASE depois do encerramento das escolas”, uma vez que estas apresentaram uma distribuição não normal.

4. Resultados

4.1. Dados Sociodemográficos

A amostra final foi constituída por 166 (n=166) Municípios de Portugal Continental (Anexo A, 2, Anexo B Figura 1), correspondendo a 78 Municípios da Região Centro, 43 da Região Norte, 16 do Alentejo, 15 da AML e 14 da Região do Algarve, com as percentagens de resposta obtidas correspondendo a: 47% Centro, 26% Norte, 10% Alentejo, 9% AML e 8% Algarve (Anexo B, Figura 2).

De acordo com a função do colaborador a responder ao inquérito, 39,2% (n=65) referem ser técnicos superiores, 29,5% (n=49) chefes de divisão, 16,9% Nutricionistas (n= 28), 4,8% (n=8) assistentes operacionais (n=8) e 4,2% vereadores (n=7) (Tabela 1, Anexo B, Figura 4).

Tabela 1. Características Sociodemográficas

	N	%
REGIÃO GEOGRÁFICA		
Alentejo	16	9,6%
Algarve	14	8,4%
AML	15	9,0%
Centro	78	47%
Norte	43	26%
Total	166	100%
FUNÇÃO		
Assistentes Operacionais	8	4,8%
Chefe de Divisão	49	29,5%
Nutricionista	28	16,9%
Técnico Superior	65	39,2%
Vereador	7	4,2%
Falta de informação	9	5,4%
Total	166	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Tendo em conta o número de respostas e não respostas por Região Geográfica, verificou-se uma maior taxa de respostas de Municípios da região do Algarve (82,35%), e da AML (78,95%). A Região Centro, Norte e Alentejo apresentaram uma taxa de resposta de 63,41%, 57,33% e 36,40%, respetivamente (Anexo B, Figura 3). Pode-se verificar ainda que num total de 278 inquéritos enviados obteve-se uma taxa de resposta total de 57,64% (Tabela 2).

Tabela 2. Questionários respondidos por Região Geográfica (n) e taxas de resposta (%).

	RESPOSTA (N)	NÃO RESPOSTA (N)	TOTAL (N)	TAXA RESPOSTA (%)
ALENTEJO	16	28	44	36,40%
ALGARVE	14	3	17	82,35%
AML	15	4	19	78,95%
CENTRO	78	45	123	63,41%
NORTE	43	32	75	57,33%
TOTAL	166	112	278	57,64%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

4.2. Alternativas de Apoio alimentar disponibilizadas aos alunos durante o encerramento das escolas (16 de março de 2020 e, novamente a 21 de maio de 2021)

A principal refeição escolar fornecida durante o encerramento das escolas foi o Almoço (em 164 dos 166 Municípios participantes). Alguns Municípios serviram mais de uma refeição por dia (almoço e outra) por aluno (Anexo B, Tabela 1). Ao separar por tipo de refeição fornecida observa-se que 98,7% dos Municípios forneceram a refeição almoço, 28,3% lanche da tarde, 9,6% lanche da manhã, 9% jantar e 1,8% o pequeno-almoço (Figura 3). A maioria deles apenas disponibilizou uma refeição por aluno por dia (72,3%) (Figura 4).

Figura 3. Refeições disponibilizadas aos alunos durante o encerramento das escolas (n, %).

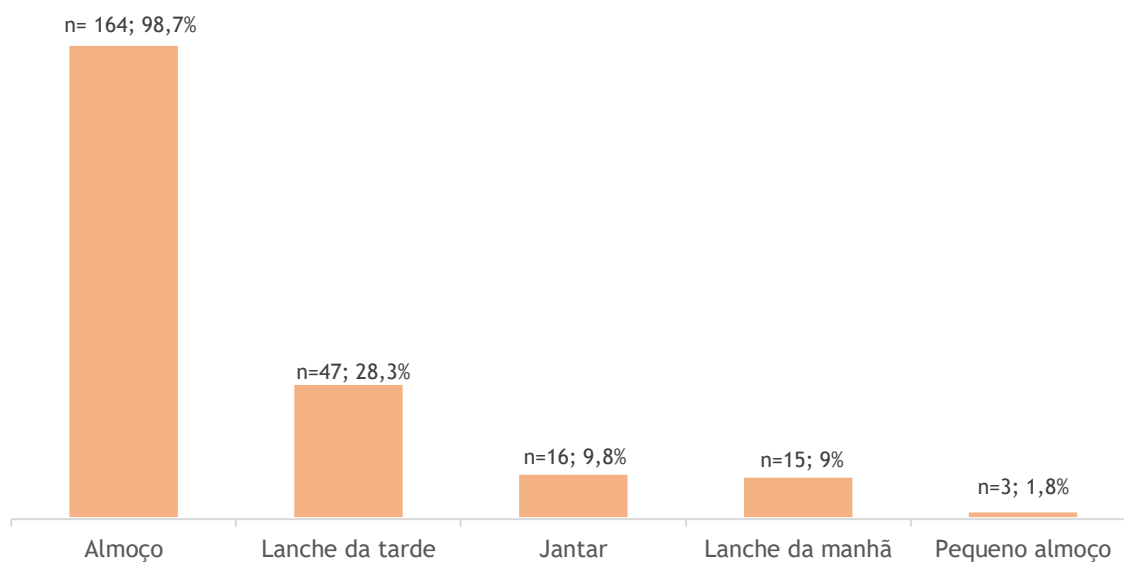
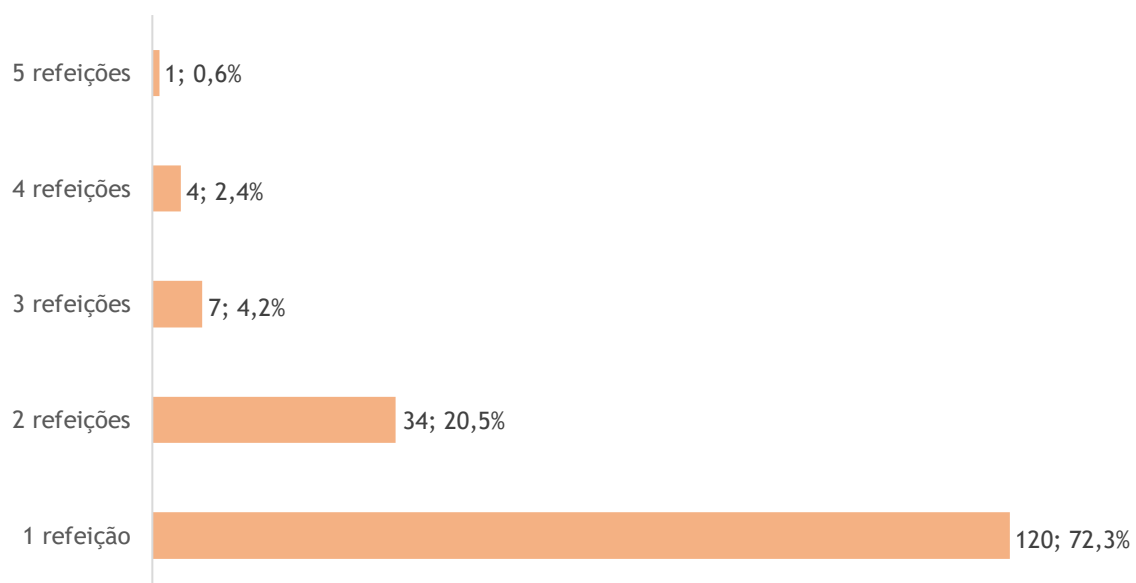


Figura 4. Número de refeições disponibilizadas por aluno (n, %).



As refeições escolares foram principalmente distribuídas por regime de take-away (pais ou tutores recolhiam a refeição diariamente na escola), segundo 44% das respostas. As cantinas escolares mantiveram-se abertas em 23% dos casos, a entrega de cabazes alimentares aconteceu em 17% dos Municípios e a entrega das refeições no domicílio foi de 12%. Existiu ainda a distribuição de vouchers, entregas semanais e refeitórios abertos para consumo da refeição escolar apenas para filhos de profissionais de serviços essenciais correspondendo, a 2%, 1% e 1% respetivamente. Muitos Municípios obtiveram mais de um modo de atuação, podendo fazer entrega take-away e manter os refeitórios escolares abertos para consumo das refeições para filhos de profissionais de serviços essenciais, ou acesso a refeitórios abertos e entregas de vouchers e take-away (Tabela 3, Anexo B, Figura 5).

Tabela 3. Modo de disponibilização de refeições durante o encerramento das escolas (n, %).

	N	%
Entregas diárias de refeições take-away	124	43,8%
Refeitórios abertos	66	23,3%
Entrega de cabazes alimentares	48	17%
Entregas diárias ao domicílio	34	12%
Entrega de voucher	4	1,4%
Refeitório aberto para filhos de profissionais de serviços essenciais	4	1,4%
Entregas de refeições semanais	3	1%
Total	283	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

4.3. Pedidos de Apoio Social Escolar aos Municípios.

Durante o encerramento das escolas, 56,6% dos Municípios participantes referem ter aceite novos pedidos de ASE (Tabela 4). Quando questionados sobre o número de pedidos antes e durante a pandemia (momento do inquérito), a percentagem de respostas em branco ou de falta de conhecimento dos dados foi de 25,3% e 25,9% respetivamente (Anexo B, Figura 6).

Tabela 4. Municípios que aceitaram novos pedidos Ação Social Escolar e que mantiveram pedidos já existentes (n.%).

	N	%
ACEITES NOVOS PEDIDOS	94	56,6%
MANTIDOS PEDIDOS JÁ EXISTENTES	72	43,4%
TOTAL	166	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Na Tabela 5 observa-se o número total de pedidos ASEV por Região Geográfica, antes do início da Pandemia e depois do encerramento das escolas. O Número total de pedidos de ASE contabilizados pelos Municípios Participantes antes da Pandemia foi de 196306 e depois do encerramento das escolas foi de 197038. Desta forma foi observado um aumento de 732 novos pedidos no total). Pelo Teste de Wilcoxon podemos afirmar com confiança de 95% ($\alpha = 0.05$) que este aumento no número de pedidos (no momento do preenchimento do inquérito), foi marginalmente significativo ($p=0.045$).

Tabela 5. Número de pedidos de Ação Social Escolar por Região geográfica, antes e depois do encerramento das escolas.

	Nº PEDIDOS ANTES DA PANDEMIA				Nº PEDIDOS DEPOIS DO ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS			
	N	Mínimo	Máximo	%	N	Mínimo	Máximo	%
ALENTEJO	2118	119	689	1,1%	2425	109	724	1,2%
ALGARVE	11995	68	3581	6,1%	11280	59	2973	5,7%
AML	127459	136	58700	64,9%	129938	280	60600	65,9%
CENTRO	28611	0	1679	14,6%	27856	0	2265	14,1%
NORTE	26123	0	4000	13,3%	25539	38	4000	13%
TOTAL	196306	0	58700	100%	197038	0	60600	100%

Estatística descritiva: somas, mínimos, máximos e percentagens das somas totais (%)

Teste estatístico: Wilcoxon; Z = 2,012, p value = 0,045

*Marginalmente significativo

4.4. Capacidade de resposta dos Municípios aos pedidos de Apoio Social Escolar

Todos os Municípios referiram ter tido capacidade de resposta aos pedidos de apoio requeridos (n=166). O custo da refeição manteve-se igual em 82,53 % dos municípios, sendo que 17,5% referiu ter havido alteração no custo da refeição durante este período. Relativamente ao apoio económico para alunos sem ASE, 33,1 % dos municípios afirmam ter existido e 45,2 % garantiram refeições gratuitas para todos os alunos durante o encerramento das escolas (Tabela 6).

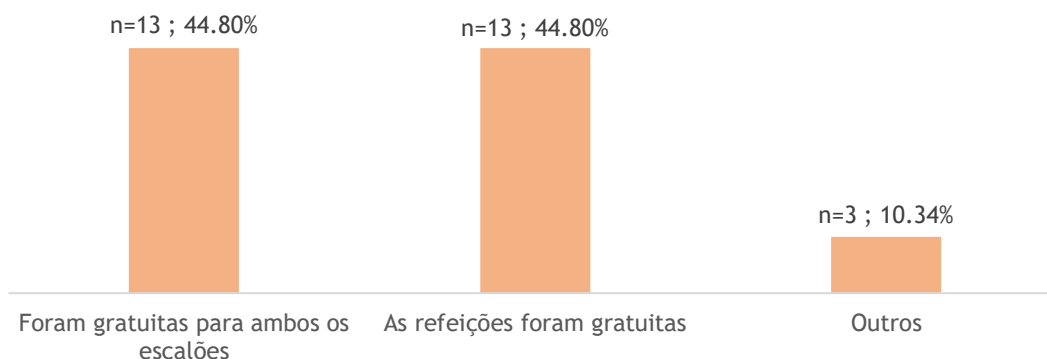
Tabela 6. Capacidade de resposta dos Municípios aos pedidos Ação Social Escolar existentes e apoios oferecidos (n, %).

	SIM (%)	NÃO (%)	TOTAL
HOUVE CAPACIDADE DE RESPOSTA?			
	166 (100%)	0 (0%)	
O CUSTO DA REFEIÇÃO MANTEVE-SE IGUAL??			
	137 (82,53%)	29 (17,5%)	
APOIO ECONÓMICO PARA ALUNOS SEM ASE			166 (100%)
	55 (33,1%)	111 (66,9%)	
REFEIÇÕES GRATUITAS PARA TODOS OS ALUNOS			
	75 (45,2%)	91 (54,8%)	

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Dos municípios que referem alteração do valor das refeições fornecidas, 44,8% afirma ter assumido o custo das refeições na totalidade (tendo sido gratuitas para todos os alunos), 44,8% refere ter serviço refeições gratuitas para alunos de ambos os escalões (1 e 2) e 10,34% referem “outros” (Figura 5). No que diz respeito aos “outros” encontramos a disponibilização gratuita para alunos sinalizados, a entrega de vouchers a todos os alunos do pré-escolar e a entrega de cabazes a alunos sinalizados (Anexo B, Figura 7).

Figura 5. Alterações feitas pelos Municípios no valor das refeições escolares (n, %).



4.5. Medidas de apoio extraordinárias elaboradas pelos Municípios

Durante o encerramento escolar 54,8% dos Municípios manteve o fornecimento das mesmas a todos os seus alunos (pré-escolar até ensino secundário). Todos os municípios afirmaram ter mantido a refeição escolar para os alunos do 1º CEB (n=166) e 97,59% (n=162 afirmaram ter mantido as mesmas para o pré-escolar. No que diz respeito ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, 64,45% (n=107) e 62,65% (n=104) dos municípios confirmaram a disponibilização das refeições. Relativamente aos alunos do ensino secundário os Municípios afirmaram que apenas 56,02% (n=93) dos alunos participaram na distribuição de refeições escolares a estes alunos. Desta forma, entende-se que 54% dos alunos do secundário não tiveram refeições servidas pelos municípios, 37,3% do 3º CEB, 35,5% do 2º ciclo e 2,4% da pré-escola (Figura 6). 59% dos municípios disponibilizou refeições para todos os alunos sem distinção em relação ao nível de ensino escolaridade e 37% excluíram os alunos do ensino secundário (Anexo B, Tabela 2 e Figura 8). Por sua vez, em

relação a quem foram disponibilizadas estas refeições obtivemos, 154 para o escalão 1 da ASE, 135 para o escalão 2 da ASE e os filhos de profissionais de serviços essenciais foram também contemplados em 118 municípios. Alunos “sem retaguarda familiar” foram consideradas para fornecimento de refeições escolares diárias por 71 Municípios. Outros alunos foram apoiados por alguns Municípios, como outros escalões ou mesmo alunos que tenham pedido apoio sem qualquer escalão. Dos 166 municípios, 15 respondem que todos os alunos tiveram à sua disposição as refeições escolares (Figura 7).

Figura 6. Fornecimento de refeições por nível de ensino (n, %).

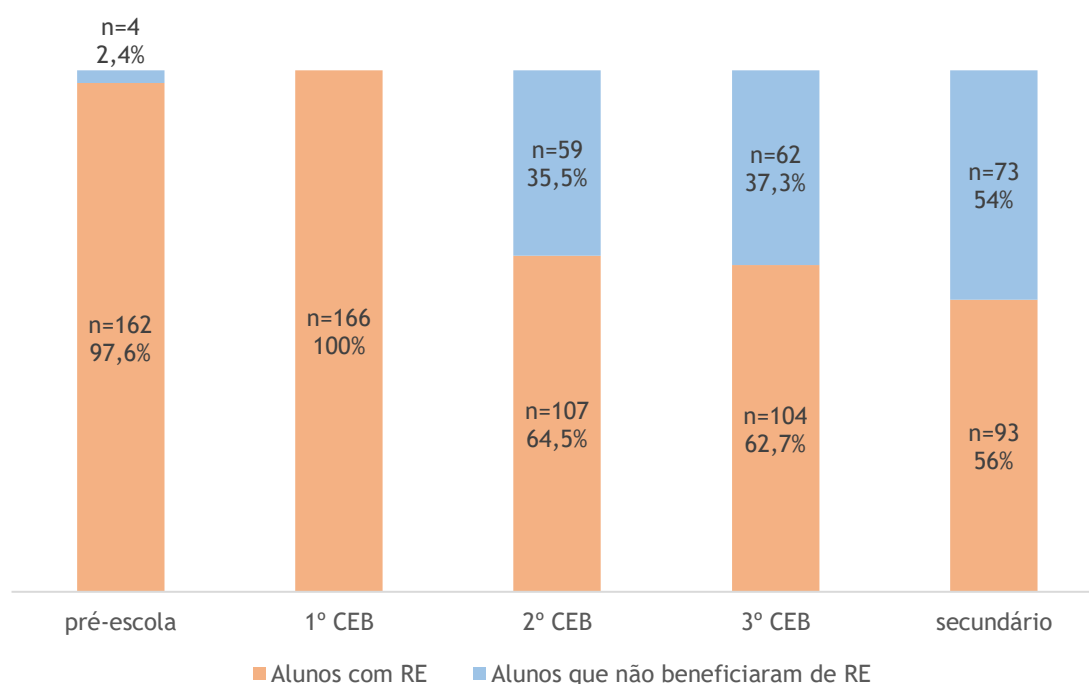
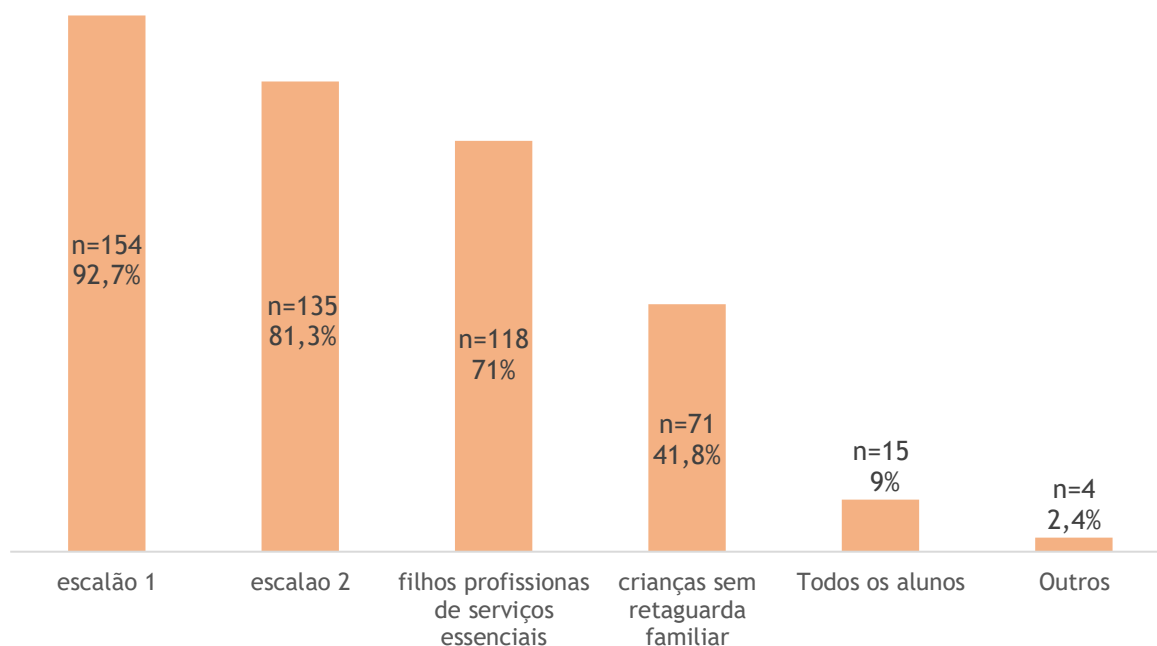


Figura 7. Fornecimento de refeições por tipo de apoio disponibilizado pelos Municípios (n, %).



4.6. Procedimentos de apoio em situação de isolamento profilático ou infecção por COVID-19

Os alunos que se apresentavam em Isolamento profilático ou com infecção por COVID-19 tiveram apoio por parte de alguns dos Municípios. 109 dos 166 municípios referem ter havido pedidos de apoio para crianças e adolescentes nestas condições, sendo que apenas 1 não teve capacidade de resposta aos pedidos (Tabela 7). Estas refeições foram entregues na morada em que os alunos se encontravam durante o período de isolamento profilático ou com doença por COVID-19, maioritariamente por Técnicos do Município (52,3%) e Juntas de freguesia (24,7%) (Tabela 8, Anexos B Figura 7).

Tabela 7. Pedidos de refeição escolar em situação de Isolamento Profilático ou infecção por COVID-19 (n, %).

	SIM (%)	NÃO (%)	TOTAL (%)
PEDIDOS DE APOIO			
	109 (65,66%)	57 (34,34%)	166 (100%)
CAPACIDADE DE RESPOSTA			
	108 (99,1%)	1 (0,9%)	109 (100%)

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Tabela 8. Responsáveis pela distribuição das refeições escolares a alunos em isolamento profilático ou com infecção por COVID-19 (n, %).

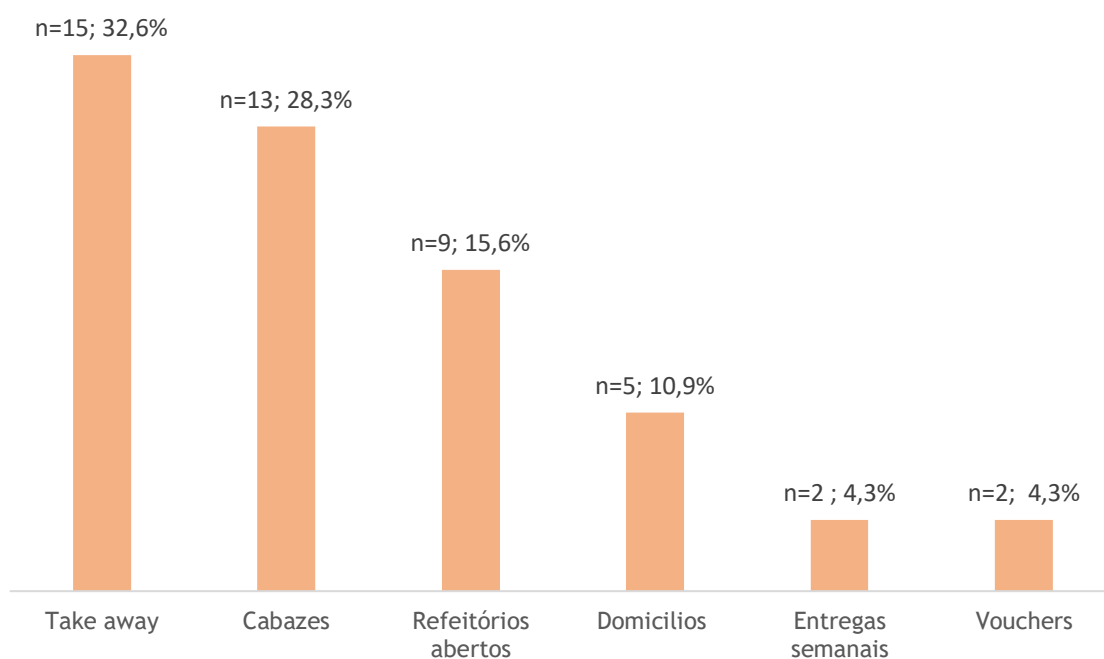
	N	%
JUNTAS DE FREGUESIA	39	23,8%
ASSOCIAÇÕES INDEPENDENTES	14	8,5%
TÉCNICOS DOS MUNICIPIOS	89	54,2%
GRUPOS VOLUNTÁRIOS	14	8,5%
OUTROS	8	4,9%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

4.7. Alterações das ementas durante o encerramento das escolas - motivos e entidades/profissionais que definiram essas alterações.

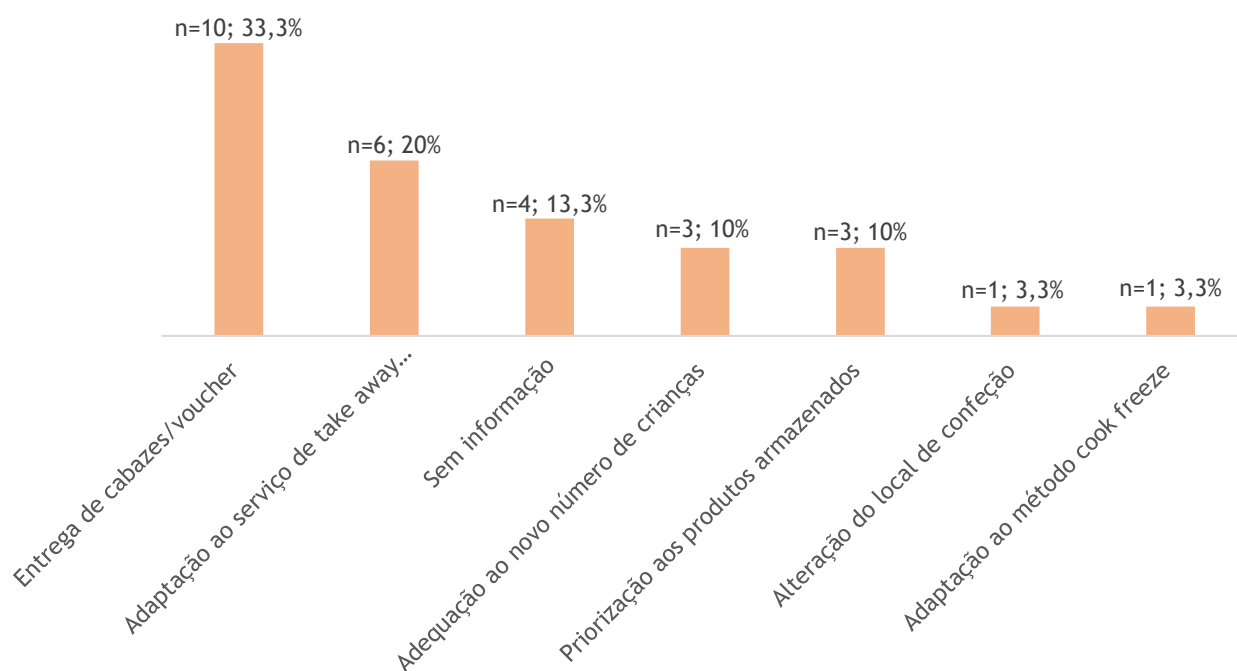
81,9% dos Municípios afirmaram que mantiveram as ementas planeadas, não sendo necessária qualquer alteração das mesmas. Os restantes (18,1%) dizem ter sido necessário alterar as suas ementas de modo a ajustar as mesmas às condições vividas durante o encerramento das escolas (Tabela 9). Dos municípios que registaram ter efetuado alterações, conseguimos identificar que foram aqueles que disponibilizavam as refeições em regime de take-away (33%), cabazes alimentares (28%), refeitórios abertos (20%), entregas diárias ao domicílio (11%), vouchers (4%) e entregas semanais em take-away (4%) (Figura 8). Estas alterações foram feitas por nutricionistas (53,33%) ou outros colaboradores da divisão (46,66%) (Tabela 9).

Os ajustes descritos foram: Entrega de cabazes/voucher (4,2%), adaptação ao serviço de take-away evitando alimentos perecíveis (3,6%) priorização aos produtos armazenados (1,8%), adequação ao novo número de crianças (1,8%), alteração do local de confeção (0,6%) e adaptação ao método cook-freeze (0,6%) (Figura 9). Em situação de entrega de kit (seja take-away ou domicílio) 70,83% dos municípios utilizaram recipientes descartáveis, 4,76% optaram por utilizar recipientes dos alunos e 3,57% forneceram recipientes para reutilização. Apenas 0,6% utilizou a entrega de sacos (Tabela 10).

Figura 8. Alterações de ementas por tipo de serviço fornecido (n, %).**Tabela 9.** Alterações de ementas e pessoa responsável pelas alterações (n, %).

	SIM	NÃO	S/ INFORMAÇÃO	TOTAL
EMENTAS MANTIDAS N (%)	136 (81,9%)	30 (18,1%)	0	166 (100%)
ALTERAÇÃO POR NUTRICIONISTA N (%)	16 (53,3%)	10 (33,3%)	4 (13,3%)	30 (100%)

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Figura 9. Motivos das alterações feitas às ementas (n, %).**Tabela 10.** Tipos de embalagens utilizadas para refeições take-away (n, %).

	N	%
RECIPIENTES DESCARTÁVEIS	119	70,83%
RECIPIENTES DA INSTITUIÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO	6	3,57%
RECIPIENTES DOS ALUNOS	8	4,76%
SACOS	1	0,6%
NÃO APLICÁVEL	32	19,28%
TOTAL	166	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

4.8. Avaliação da satisfação com as refeições escolares durante o encerramento das escolas

A grande parte dos Municípios não monitorizou a satisfação relativa às refeições disponibilizadas durante o encerramento das escolas, tendo apenas 17,5% feito este controlo (Figura 10). Entre estes municípios, 48,3% (n=14) referem ter existido satisfação por parte dos alunos, 27,5% (n=8) grande satisfação e 24,14% (n=7) referem não ter esses dados disponíveis no momento da resposta (Figura 11).

Figura 10. Monitorização da satisfação do serviço de refeições escolares durante o encerramento das escolas (n, %).

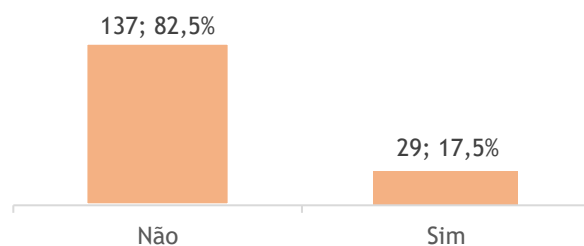
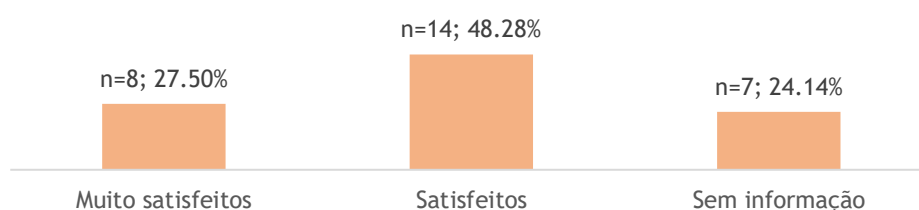


Figura 11. Grau de satisfação com o serviço de refeições escolares durante o encerramento das escolas (n, %).



5. Discussão e Conclusões

“Desde o início da pandemia a UNESCO estima que 1,6 biliões de alunos de 199 países no mundo foram afetados pelo encerramento das escolas. Cerca de 370 milhões de crianças não receberam a refeição escolar em 150 países. Em 2020, estima-se ainda que 39 biliões de refeições escolares foram perdidas durante o seu encerramento”.⁴⁷

A 11 de Março de 2020 o governo aprovou um conjunto de medidas excecionais devido à situação epidemiológica do país e do mundo sendo então decidido o encerramento escolar em Portugal com início a 16 de Março de 2020.⁴⁸

O objetivo do presente estudo foi compreender as respostas dadas por parte dos municípios durante o encerramento escolar no que diz respeito ao fornecimento das refeições escolares no global e, particularmente no que se refere aos beneficiários de ASE. Foi ainda estudada a capacidade de resposta a esses alunos, as alternativas dadas e o apoio dado também a filhos de profissionais de serviços

essenciais, sem retaguarda familiar, entre outros. O questionário foi enviado a 278 municípios (Portugal continental) tendo-se obtido respostas de 166.

À semelhança de Portugal, noutras partes do mundo, o encerramento das escolas foi acontecendo também com o avançar da situação pandémica em cada país. Nos Estados Unidos da América o encerramento escolar afetou um total de 124.000 escolas publicas e privadas.⁴⁹ A pandemia ameaçou 30 milhões de crianças no programa nacional de almoço escolar e cerca de 15 milhões de crianças no programa de pequeno-almoço escolar.⁵⁰ Já na Tailândia os programas nacionais de pequeno-almoço e almoço escolares serviam diariamente cerca de 6,3 milhões de crianças (60% de todos os estudantes na Tailândia) a nível pré-escolar e primário, fornecendo nutrição essencial para crianças em crescimento.⁵¹

Em situação de pandemia os fornecimentos das refeições escolares devem manter-se asseguradas mesmo sendo decretado o encerramento dos estabelecimentos escolares, de modo a prevenir situações de insegurança alimentar.⁴⁴

Todos os municípios participantes neste estudo afirmam ter disponibilizado apoio alimentar durante o encerramento escolar. A 19 de março foram deliberadas medidas de apoio às autarquias locais do âmbito do combate à pandemia de COVID-19 pela lei nº1-a de 2020. Municípios em programas de ajustamento municipal (PAM) foram isentos dos limites de despesas referentes aos planos de reequilíbrio orçamental no que diz respeito a despesas sociais destinadas a qualquer apoio no âmbito da pandemia. Todos os municípios do país estão permitidos de ultrapassar o limite da dívida podendo ainda solicitar a antecipação de um duodécimo das transferências relativas à participação nos impostos do estado e utilizar saldos acumulados de exercícios anteriores. Dos municípios

participantes, apenas 56,6% referiu aceitar novos pedidos de apoio social escolar durante o encerramento escolar. Não obstante, 33,1% responde dar apoio económico a quem não beneficia de ASE e 45% oferece mesmo a refeição a todas as crianças (não podendo esquecer que algumas escolas já o faziam praticavam antes da pandemia). Denota-se aqui uma disparidade entre concelhos na disponibilização de refeições aos alunos, seria importante o estudo do porquê de modo a implementar estratégias futuramente.

Foram tidos em conta, durante o encerramento escolar, filhos de profissionais de serviços essenciais pelo DL nº 10-A/2020, pela identificação de um estabelecimento de ensino que permita o acolhimento dos filhos desses profissionais⁵², em cada agrupamento de escolas. O serviço essencial para efeitos de acolhimento no estabelecimento de ensino dos filhos dos profissionais é definido pela portaria nº 82/2020.⁴⁸ Assim estas crianças foram abrangidas no que toca a refeições escolares em 71%, embora o escalão 1 tenha sido o principal beneficiário (92,7%) e escalão 2 com 81,3%. Nas medidas de apoio às autarquias pode-se observar ainda a possibilidade de criação ou reforço de fundos sociais de emergência, apoio ao setor social e solidário e a pessoas em situação de vulnerabilidade, para o apoio social aos grupos que ficaram sem rendimento. Embora o governo tenha deliberado medidas excecionais de apoio às autarquias, pelas respostas obtidas dos municípios, menos de metade dos alunos considerados sem retaguarda familiar (não pertencendo a ASE) tiveram direito a refeição escolar, tendo assim que considerar que ou não foram suficientes ou os municípios não tiveram capacidade para agir melhor deixando muitas crianças em situação de insegurança alimentar.

De modo a facilitar os apoios foi ainda deliberada a atribuição de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade pelo presidente da câmara municipal e a possibilidade de empréstimos a curto prazo sem autorização da assembleia municipal.⁵³ Assim todos os pedidos podem ser respondidos com maior brevidade como no caso de novos pedidos de apoio de ASE ou em situações de surto. Podemos justificar a possibilidade de novos pedidos de apoio durante encerramento escolar e também o apoio que foi dado pelas autarquias em situação de infeção por COVID-19. Em ambas as situações, a resposta por parte das câmaras teria que ser célere. Observando o método de ação do Reino Unido, o governo transmitiu o dever às escolas da manutenção das refeições aos alunos que beneficiam de apoio alimentar durante o encerramento escolar, pedindo apenas que as escolas articulem com as empresas responsáveis pelas suas refeições escolares de modo a encontrar alternativas para esses alunos.⁵⁴

Um estudo a 635 crianças realizado com o objetivo de investigar o acesso às refeições gratuitas entre estas crianças, seja através de voucher ou da refeição concluiu que após 1 mês do encerramento escolar ainda 49% dos alunos não recebiam qualquer apoio. Foi ainda observado que estas crianças teriam mais hipótese de receber a refeição se vivessem em Inglaterra (e não no país de Gales), tivessem mais de 8 anos, famílias com baixo rendimento e que tivessem pedido apoio ao banco alimentar recentemente.⁵⁵

Passando ao nosso continente vizinho, na Tailândia 30-50% das necessidades nutricionais diárias dos alunos são obtidas pelas refeições na escola (preparadas de modo mais saudável que em casa).⁵¹

O impacto do encerramento escolar em países de baixo e medio rendimento pode ser devastador visto que a maioria das crianças depende de refeições escolares

gratuitas. Assim, com o encerramento inesperado e a longo prazo o estado nutricional é comprometido.

Estimou-se que em 43 dias de encerramento escolar previsto as crianças que falem às refeições escolares percam entre 1-2kg/5-10% do seu peso corporal total. Foram propostos sistemas de vigilâncias dos cuidados de saúde e apoio alimentar durante a COVID-19 para mitigar a carga de malnutrição em crianças de alto risco. (56) Estes apoios devem ser feitos nas escolas ou em centros de saúde fazendo rastreios nutricionais com medição do peso. Foi recomendada a realização de vacinação essencial, de modo a evitar a não comparência por isolamento profilático e a distribuição de cabazes alimentares.

Foi deliberado o fornecimento leite UHT para todos os alunos pelo seu longo prazo de validade e aumentada a disponibilização de ovos para confeção escolar. O ministério do interior ficou encarregado de fornecer serviços de nutrição, alimentos, preparação e entrega de refeições ao domicílio.⁵¹

Seguindo até aos Estados Unidos podemos observar um cenário de ação célere, mas com diversas desigualdades entre distritos. Antes demais, não podemos esquecer a ocorrência de experiências recentes de encerramento escolar por desastres naturais onde já teriam sido utilizados alimentos armazenados tanto nas escolas como do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos no Emergency Food Assistance Program. Isto ajudou a uma rápida resposta, contudo ainda assim estimou-se que o número de refeições perdidas até implementação do programa de emergência de refeições foi de mais de 300 milhões de refeições (não servidas a alunos elegíveis).⁵⁷ Um estudo estima mesmo que entre 2 de março e 1 de maio, 1 145 036 625 refeições escolares gratuitas ou a preço reduzido foram perdidas/não servidas devido ao encerramento escolar.⁵⁸

Como apoio à situação as agências de administração podem ir buscar isenções para fornecer refeições durante o encerramento escolar, mesmo aumentando os custos para o governo, aprovar locais de alimentação fora dos estabelecimentos de ensino, alterar o conteúdo das refeições por necessidade relacionada com a cadeia de fornecimento de alimentos, entre outros.⁵⁹

Em resposta à situação de pandemia o governo americano desenvolve ainda o Pandemic Electronic Benefit Transfer (P-EBT) para crianças que beneficiam dos programas de almoço ou pequeno-almoço escolar e se encontram sem acesso à alimentação escolar durante o encerramento das escolas durante a pandemia. Os alunos sinalizados recebem o cartão EBT que apenas pode ser usado para a compra de alimentos.⁶⁰

Retomando o panorama nacional, tendo em conta os refeitórios abertos por motivos de acolhimento escolar ou para preparação das refeições, a refeição pode ser feita no local caso as recomendações da DGS em matéria de higiene e segurança estejam asseguradas (como o distanciamento social).⁴⁴ 23,3% dos municípios conseguiram disponibilizar refeitórios aos seus alunos e 1,4% mantiveram abertos apenas para os filhos dos profissionais dos serviços essenciais. Não havendo condições, outros métodos tiveram que ser adotados, como o sistema de take-away que correspondeu a 43,8% das respostas dos municípios podendo ser utilizado para a criança comer noutro local da escola ou em casa.⁶¹ 12% dos municípios foram mais longe e conseguiram disponibilizar-se ainda para fazer a entrega ao domicílio das refeições dos seus alunos e 1% optou por fazê-la semanalmente (método cook-freeze). Em situação de impossibilidade de refeitório aberto ou de serviço de take-away a opção de entrega de cabaz alimentar deve ser considerada para confeção de refeições completas no domicílio

tendo 17% dos municípios utilizado este método.⁴⁴ A opção entrega de voucher foi escolhida em 1,4% dos municípios, contudo não foi opção única sendo um complemento a outras opções. Adicionalmente, não foi questionado o valor do voucher, mas sendo um complemento a entrega de take-away podemos prever que será um apoio extra por exemplo para lanches.

Nos Estados unidos sistemas de entregas locais foram definidos com preferência em locais abertos como parques de estacionamento, em zonas rurais a entrega ao domicílio também foi utilizada. O método de entrega semanal foi privilegiado com o objetivo de diminuir o número de contactos e foi ainda expandido o serviço de refeição aos 7 dias por semana em diversos distritos. Com o aumento da taxa de fome provocada em vários distritos, crianças dos 0 aos 18 independentemente de se encontrarem na escola poderiam pedir apoio, e até aos 26 em caso de deficiência. Adultos em situação de pobreza puderam também pedir refeição gratuita ou a custo reduzido. De modo a facilitar a comunicação e a chegar a toda a população mapas de refeições e localizadores de entregas estavam disponíveis online. Eram ainda disponibilizadas opções de dietas restritas por motivo de patologia ou crenças religiosas.⁵⁸

Contudo um estudo realizado nos 4 principais distritos (Chicago, New York, Los Angeles e Houston) dos Estados Unidos não demonstra que a situação tenha corrido como prevista. As refeições atingiram apenas uma parte da população estudantil normal, não havendo padrões claros que sugerissem o número ou tipos de refeições servidas, localização e número de locais de distribuição, ou a hora do dia afetava a participação. Em New York, por exemplo, era difícil a recolha das refeições nos pontos de entrega devido à grandeza do distrito e à demora de deslocação nos transportes públicos. Embora o anúncio da gratuidade das

refeições para todas as crianças que precisassem houve diferenças entre distritos na disponibilização das mesmas podendo ter tido impacto na segurança alimentar dada a forte dependência dos programas alimentares escolares em contextos urbanos.⁶² Foi aconselhado o fornecimento de informação à população em diversas línguas por ser um país com tão grande diversidade cultural de modo a diminuir a discriminação e desigualdades enfrentadas por diversas famílias.⁶³ Em Portugal, observa-se que o almoço foi a principal refeição distribuída, contudo os fornecimentos das restantes refeições mostraram-se bastante limitadas.

Durante o ano letivo comum os estabelecimentos escolares têm à disposição dos alunos o bufete escolar para além do almoço escolar servido nas cantinas. Este fornece refeições intercalares aos alunos (e restante comunidade educativa) sendo um serviço de ação social escolar disponibiliza então o pequeno-almoço e lanches da manhã e tarde.⁶⁴

Se separarmos pelo tipo de refeição oferecida, durante o encerramento escolar, conseguimos observar que 98,7% dos municípios forneceram almoço, contudo o lanche da tarde, lanche da manhã, jantar e o pequeno-almoço juntos não chegam aos 50%. A maioria dos municípios apenas disponibilizou 1 refeição por aluno (72,3%) que se demonstra insuficiente dada a situação.

As crianças de idade inferior foram a mais abrangida pelas refeições escolares, 100% dos municípios disponibilizaram refeições ao 1ºCEB e 97,6% ao pré-escolar, secundário apenas com 56%. Pelo Decreto-Lei nº 21/2019, o fornecimento das refeições dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário passaria a ser gerido pelos municípios iniciando-se em Janeiro de 2019, com a hipótese de transferência de competências apenas para o próximo ano letivo (2019/2020).⁶⁷ Em caso de não o fazer, todas as competências consideram-se transferidas até 31

de Março de 2022⁷⁰. Assim à data do encerramento escolar esta transferência já teria que ter ocorrido para alguns municípios e outros não, podendo ser uma hipótese de explicação para a discrepância de refeições fornecidas entre escolaridade. Outra explicação que pode ser apontada para esta diferença, pelos alunos de idades menores terem menos tempo de encerramento escolar devido à aprendizagem em meio escolar ser especialmente importante nos primeiros anos por terem contacto direto com os educadores e as alternativas digitais serem menos eficazes.⁶⁵

Dada a medida excecional de encerramento dos estabelecimentos de ensino deveriam ser asseguradas medidas de fornecimento das refeições escolares incluindo as intercalares às crianças sinalizadas.⁴⁴ Sabe-se que é habitual o almoço em serviço de take-away como refeição poder ser bastante bem servido e permitir reservar fruta, pão e iogurte para o lanche, contudo não foi aferida esta questão pelo nosso inquérito.

No que diz respeito a crianças positivas a COVID-19 ou em isolamento profilático, não podendo as mesmas sair de casa e, normalmente, nem os familiares próximos, 65,7% efetuaram pedidos de apoio nestas situações. Nestes casos as refeições têm de ser entregues ao domicílio. Como medida excecional podem chegar a acordo a transferência de trabalhadores da esfera central para a local (desde que não prejudique o funcionamento do serviço) para apoio a respostas sociais em IPSS, outras instituições do setor privado ou social, apoio às populações vulneráveis, crianças, apoio domiciliário entre outros.⁵³ 54,2% do apoio nesta situação veio por técnicos do município, 23,8% pelas juntas de freguesia. Houve ainda o apoio associações independentes e de grupos voluntários para entregas das refeições e bens essenciais a crianças e famílias em situação de isolamento sendo esta

também uma medida implementada de apoio às autarquias “Criação de redes solidárias para apoio à população em situações praticas como realização de compras, entrega de refeições, recolha e entrega de medicamentos ou passeio de animais domésticos.”⁵³

A maioria dos municípios afirma ter conseguido manter as ementas planeadas, contudo apenas pouco mais de metade das ementas alteradas foram feitas por nutricionistas. O nutricionista, sendo o profissional de saúde especialista da alimentação, deve ser quem elabora as ementas escolares e estar em articulação com a autarquia, equipas de saúde escolar e os estabelecimentos de educação. Neste contexto não deve ser exceção devendo participar nas alterações necessárias durante o encerramento escolar.⁴⁴ Não foram avaliadas as alterações feitas, apenas questionados os motivos das mesmas, sendo estas justificadas com a perecibilidade dos alimentos, privilegiar a matéria-prima em armazenamento e ajustes ao número (substancialmente inferior) de refeições por dia oferecidas. As refeições fornecidas em regime de take-away foram distribuídas em embalagens descartáveis maioritariamente devendo as mesmas ser próprias para o fim a que se destinam. Deveriam ser preferidas opções sustentáveis, como recipientes para reutilização ou dos próprios alunos. Neste aspeto, dadas as circunstâncias, demos um passo para atrás no que toca à sustentabilidade pelo aumento substancial de uso de descartáveis.

Durante o encerramento escolar poucos municípios efetuaram a monitorização da satisfação do serviço, e apenas 17,5% responde afirmativamente embora a mesma tenha feedback positivo. A definição e implementação de modelos de avaliação de satisfação com o fornecimento das refeições parece ser um método ainda pouco valorizado pelos municípios que deviam, apesar das

circunstâncias, ter mantido esta prática de forma a poder entender se a sua resposta terá sido a mais adequada.

Comparando os dados obtidos no presente estudo com outros encontrados em estudos internacionais, conclui-se que os apoios dados pelo governo parecem não ter sido suficientes, pois apesar de se verificarem elevados esforços por parte dos municípios, as crianças não foram todas abrangidas, situação que se observa em vários países estudados. Com a pandemia a nível global, o desemprego aumentado, os alunos em casa necessitando muitas vezes de um progenitor também em regime de assistência à família (corte salarial) levou a um aumento da necessidade das famílias portuguesas a que o apoio alimentar escolar seja assíduo. O almoço foi uma refeição muito valorizada por parte das autarquias, contudo desvalorizados os lanches e pequeno-almoço (que muitas vezes o fazem na escola), já que estas refeições não foram contempladas. Depara-se ainda com métodos de atuação bastante distintos consoante o município havendo gratuidade nas refeições para todos os alunos em alguns municípios e noutros não haver qualquer apoio, fora os legalmente previstos. A disponibilização das refeições também denota uma maior incidência em idades inferiores, diminuindo a mesma com o aumento da escolaridade. Alterações deveriam ser realizadas por nutricionistas, dando para perceber a não existência sequer do mesmo em diversos municípios. A desvalorização da monitorização por parte dos municípios impede o entendimento de como é recebida por parte dos alunos (e pais) a refeição no que diz respeito ao paladar, textura, aspeto, adequabilidade, quantidade, entre outras que é de extreme relevância⁴⁴.

O desenvolvimento de um plano/ estratégia nacional nesta matéria, um pouco à semelhança de planos de emergência para situações de catástrofes nacionais, seria uma mais valia para o país, permitindo uma menor heterogeneidade de situações no país e o estabelecimento de diretrizes que permitam uma menor disparidade de situações entre os municípios, além de um melhor controlo de custos e redução dos gastos excepcionais para os municípios e governo, e claro, melhorando a rapidez de resposta chegando a todos os interessados.

Limitações do estudo

O estudo apresentou algumas limitações, nomeadamente termos utilizado um questionário online com perguntas diretas e de resposta fechada, o que limitou algumas opções de resposta. No entanto, os participantes tinham ao seu dispor o contacto da investigadora principal para qualquer esclarecimento ou comentário que pretendessem realizar. Ainda, com os resultados obtidos no estudo, tendo surgido novas questões que, por ser um estudo online e transversal, ficaram em aberto.

Sendo um estudo transversal conseguimos apenas obter informação sobre aquele momento, sendo que poderia ser mais informativo se tivéssemos a hipótese de acompanhar a progressão das respostas dos municípios durante um período mais alargado.

O colaborador que respondeu ao questionário pôde também não ser o mais adequado, o que se poderá ter traduzido na falta de respostas ou em respostas menos completas e limitado a informação obtida.

Sendo ainda um estudo nacional cujo tema aborda uma situação nova para o país, também não foi possível encontrar muita bibliografia ou estudos que permitissem

comparações a nível nacional, bem como a nível internacional. Não obstante este é um primeiro estudo que nos permite ter uma visão sobre as práticas realizadas pelos municípios em Portugal e que nos permite inferir sobre a necessidade de um melhor planeamento e definição de estratégias para assegurar que todas as crianças e jovens, particularmente as socialmente mais vulneráveis, terão acesso a refeições saudáveis mesmo em situações extremas nas quais as escolas possam não estar a funcionar na sua normalidade.

6. Referências Bibliográficas

1. Truninger M, Teixeira J, Horta A, Alexandre S, Silva VAd. A evolução do sistema de refeições escolares em Portugal (1933-2012): 1º relatório de pesquisa. Estudos e relatórios. 2012:1-81.
2. Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Circular n.º 372-A/57 - 1957-08-30. Abono de família: Classificação do 3.º. ciclo liceal (6.º. e 7.º. anos) como curso médio.
3. Mendonça AMF. A problemática do insucesso escolar: A escolaridade obrigatória no arquipélago da Madeira em finais do século XX (1994-2000). 2006.
4. Alves AdLPL. Ação Social Escolar e democratização do ensino. 2013
5. Ministério da Educação. Despacho Normativo n.º 334/79. Diário da República I Série; 268 (1979-11-20): 2971 - 2978. Aprova o Regulamento da Ação Social Escolar nos Estabelecimentos do Ensino Primário e do Ciclo Preparatório TV.
6. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano. Decreto-Lei Nº 57-B/84. Diário da República 1º Suplemento, Série I; 43 (1984-02-20): 564-(2) a 564-(5). Estabelece o novo quantitativo e regime de subsídio de refeição a atribuir aos funcionários e agentes da administração central e local, bem como dos organismos de coordenação económica e demais institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.
7. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 82/91. Diário da República Série I-A; 41 (1991-02-19): 798 - 805. Cria o Instituto dos Assuntos Sociais da Educação e extingue o Instituto de Apoio Socioeducativo, o Instituto do Presidente Sidónio Pais, a Obra Social do Ministério da Educação e a Caixa de Previdência do Ministério da Educação.
8. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR, MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIENCIA. Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas. Direcção-geral da educação e ciência. 2015.
9. Ministério da educação e ciência. PERA Programa escolar de reforço alimentar 2012.
10. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 55/2009. Diário da República Série I; 42 (2009-03-02): 1424 - 1433.
11. Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação. Despacho n.º 7255/2018. Diário da República Série II; 146 (2018-07-31): 20622 - 20624. Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar.
12. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. World Health Organ Tech Rep Ser. 2003; 916:i-viii, 1-149, backcover.
13. Veiros M, Campos G, Ruivo I, Proença R, Rocha A, Kent-Smith L. Avaliação qualitativa de ementas-Método AQE. Alimentação Humana. 2007; 13(3):62-78.

14. WHO. Global strategy on diet, physical activity, and health [internet]. 2004. [citado em: 2021 Julho 09]. Disponível em: http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA57/A57_R17-en.pdf
15. Lima R. Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares. Ministério da Educação - Direção-Geral da Educação. 2018.
16. Direção-Geral da Saúde, Alimentação em meio escolar. [internet] Programa Nacional para a promoção da Alimentação Saudável. Nutrimento; 2014 [citado em 2021 Julho 18]. Disponível em: <https://nutrimento.pt/alimentacao-escolar/alimentacao-em-meio-escolar/>.
17. Baptista MIM, Lima R, Almeida M. Educação alimentar em meio escolar referencial para uma oferta alimentar saudável. Lisboa: Direção Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular. 2006
18. Santos B, Silva C, Pinto E. Importância da escola na educação alimentar em crianças do primeiro ciclo do ensino básico-como ser mais eficaz. Ata Portuguesa de Nutrição. 2018(14):18-23.
19. Araújo M. Alimentação saudável na escola: problemas e algumas soluções. Revista de Alimentação Humana. 1998; 4:9-16.
20. Dixey R, Heindl I, Loureiro I, Pérez-Rodrigo C, Snel J, Warnking P. Healthy eating for young people in Europe: a school-based nutrition education guide. Copenhagen: World Health Organization. Regional Office for Europe; 1999.
21. Ministério da Educação. Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Circular n.º 14/DGIDC/2007. 2007/05/25. Refeitórios Escolares - Normas Gerais de Alimentação.
22. Aranceta Bartrina J, Perez Rodrigo C, Dalmau Serra J, Gil Hernandez A, Lama More R, Martin Mateos MA, et al. El comedor escolar: situación actual y guía de recomendaciones. An Pediatr (Barc). 2008; 69(1):72-88.
23. Direção Regional de Educação-Região Autónoma da Madeira. Linhas orientadoras para a alimentação nas escolas do 1o ciclo do ensino básico da Região Autónoma da Madeira. 2006.
24. Blössner M. School health, nutrition and education for all: levelling the playing field. Bull World Health Organ. 2009; 87(1):75-75.
25. Blitstein JL, Cates SC, Hersey J, Montgomery D, Shelley M, Hradek C, et al. Adding a Social Marketing Campaign to a School-Based Nutrition Education Program Improves Children's Dietary Intake: A Quasi-Experimental Study. Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics. 2016; 116(8):1285-94.
26. UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. UNICEF Edição revista 2019. 2019.
27. Truninger M, Teixeira J. Consumo alimentar e pobreza em Portugal no contexto pós-crise 2008. Plataforma Barómetro Social. 2013; 5.
28. Truninger M, Teixeira J, Horta A, Alexandre S, Silva V. Estado social e alimentação escolar: criatividade na austeridade. Forum Sociológico. 2013:11-19.

29. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. Manual de intervenção alimentar e nutricional na COVID-19 . Direção-Geral da Saúde. 2020.
30. Programme WF. State of School Feeding Worldwide 2020. World Food Programme. 2020.
31. Truninger M, Cardoso S, Teixeira J, Horta A, Augusto F, Fontes A. Alimentação em Tempos de Crise: Consumo e Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas. Imprensa de Ciências Sociais 2019.
32. Food, Organization A. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action: World Food Summit 13-17 November 1996, Rome, Italy. FAO; 1996.
33. Ministério da Educação e Ciência. Despacho n.º 8452-A/2015. Diário da República 2º Suplemento, Série II; 148 (2015-07-31): 21392-(22) a 21392-(27). Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios.
34. Tavares I. Beneficiários da Ação Social Escolar [internet]. Observatório das Desigualdades. 2020-01-28 [citado em 2021 Jul 18]. Disponível em <https://www.observatorio-dasdesigualdades.com/2020/01/28/beneficiarios-da-acao-socialescolar/?print=print>
35. Truninger M, Teixeira J, Fontes A, Horta A. Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar doméstica nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2015.
36. World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) [internet]. .[citado em 2021 Jul 18]. Disponível em https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1
37. Centers for Disease Control and Prevention. SARS-CoV-2 Variant Classifications and Definitions [internet]. [citado em 2021 Jul 18]. Disponível em <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/variants/variant-info.html>
38. Direção-Geral da Saúde. Novo Coronavírus COVID-19, Alimentação. 2020.
39. Van Lancker W, Parolin Z. COVID-19, school closures, and child poverty: a social crisis in the making. The Lancet Public Health. 2020; 5(5):e243-e44.
40. UNESCO, UNICEF, World Bank, WFP & UNHCR. 2020b. Supplement to Framework for reopening schools: emerging lessons from country experiences in managing the process of reopening schools. [citado em 2021 Jul 18]. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374312>
41. WFP F, UNICEF. Interim guidance note: Mitigating the effects of the COVID-19 pandemic on food and nutrition of schoolchildren. Rome, Italy: World Food Programme, Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2020.
42. Neumark-Sztainer D, French SA, Hannan PJ, Story M, Fulkerson JA. School lunch and snacking patterns among high school students: associations with school food environment and policies. Int J Behav Nutr Phys Act. 2005; 2(1):14-14.

43. Teixeira J, Truninger M, Horta A, et al. Alimentação, austeridade e criatividade: consumo e cidadania nas cantinas escolares. VII Congresso Português de Sociologia - Sociedade, crise e reconfigurações. 2012.
44. Ordem dos Nutricionistas. Guia Orientador “Alimentação escolar em tempos de COVID-19”. GO [internet]. 06/2020. Versão 01. Porto: Departamento da Qualidade, Ordem dos Nutricionistas; 2020. [citado em 2021 Julho 18]. Disponível em: www.ordemdosnutricionistas.pt
45. Adamson, Peter, Measuring Child Poverty: New league tables of child poverty in the world's rich countries, Innocenti Report Card no. 10, 2012.
46. <https://www.google.com/forms/about/>
47. Borkowski A, Correa JSO, Bundy DA, Burbano C, Hayashi C, Lloyd-Evans E, et al. COVID-19: Missing More Than a Classroom The Impact of School Closures on Children’s Nutrition. 2021.
48. Presidência do Conselho de Ministros. Portaria n.º 97/2020. Diário da República I Série I; 76-B(2020-04-19): 2 - 6. Altera a Portaria nº 82/2020, de 29 de março, que estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais.
49. Week E. Map: coronavirus and school closures in 2019-2020. 2020.
50. Dunn CG, Kenney E, Fleischhacker SE, Bleich SN. Feeding low-income children during the Covid-19 pandemic. New England Journal of Medicine. 2020; 382(18):e40.
51. Mayurasakorn K, Pinsawas B, Mongkolsucharitkul P, Sranacharoenpong K, Damapong Sn. School closure, COVID-19 and lunch programme: Unprecedented undernutrition crisis in low-middle income countries. Journal of paediatrics and child health. 2020; 56(7):1013-17.
52. Presidência do Conselho de Ministros. Portaria n.º 82/2020. Diário da República I Série I; 62-B (2020-03-29): 2 - 7. Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais.
53. Direção-Geral das Autarquias Locais. Lei nº 1-A/2020, de 19 de março. Medidas de apoio às autarquias locais no âmbito com combate à pandemia de Covid-19.
54. Department for Education. Providing school meals during the coronavirus (COVID-19) outbreak. [citado em 2021 Outubro 5]. Disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/covid-19-free-school-meals-guidance/covid-19-free-school-meals-guidance-for-schools>.
55. Parnham JC, Laverty AA, Majeed A, Vamos EP. Half of children entitled to free school meals did not have access to the scheme during COVID-19 lockdown in the UK. Public health. 2020; 187:161-64.
56. World Food Programme. WFP’s Additional Recommendations for the Management of Maternal and Child Malnutrition Prevention and Treatment in the Context of COVID 19. Rome: World Food Programme; 2020.

57. Kinsey EW, Hecht AA, Dunn CG, Levi R, Read MA, Smith C, et al. School closures during COVID-19: opportunities for innovation in meal service. *American Journal of Public Health*. 2020; 110(11):1635-43.
58. Kinsey EW, Hecht AA, Dunn CG, Levi R, Read MA, Smith C, et al. School closures during COVID-19: opportunities for innovation in meal service. *American Journal of Public Health*. 2020; 110(11):1635-43.
59. McLoughlin GM, Fleischhacker S, Hecht AA, McGuirt J, Vega C, Read M, et al. Feeding Students During COVID-19—Related School Closures: A Nationwide Assessment of Initial Responses. *J Nutr Educ Behav*. 2020; 52(12):1120-30.
60. Hetrick RL, Rodrigo OD, Bocchini CE. Addressing Pandemic-Intensified Food Insecurity. *Pediatrics*. 2020; 146(4).
61. School Nutrition Association. COVID-19 Thought starters on reopening schools for SY2020-21. USA; 2020.
62. Ralston K, Treen K, Coleman-Jensen A, Guthrie J. Children's food security and USDA child nutrition programs. 2017.
63. McLoughlin GM, McCarthy JA, McGuirt JT, Singleton CR, Dunn CG, Gadhoke P. Addressing food insecurity through a health equity lens: A case study of large urban school districts during the COVID-19 pandemic. *Journal of Urban Health*. 2020; 97(6):759-75.
64. Ministério da Educação e Ciência, Direção-Geral da Educação. *Bufetes Escolares - Orientações*. Lisboa; 2012.
65. OECD. *The State of School Education*. 2021.
66. Abreu C. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia*. 2012(9):93-111.
67. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 21/2019. *Diário da República | Série I 21 (2019-01-30): 674 - 749*. Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.
68. Governo dos Açores. Governo Regional disponibiliza refeições escolares aos alunos mais carenciados no período de Contingência. 17-03-2020, Informação disponível em: <https://destinoseguro.azores.gov.pt/?p=842>
69. SRE / Direção Regional Planeamento Recursos Infraestruturas. *Fornecimento de Refeições | Caderno de Encargos*. 08-01-2021, Informação disponível em: <http://www02.madeira-edu.pt/drpri/main/ase/tabid/177/ctl/Read/mid/732/Informacaoid/17464/UnidadeOrganicaId/3/Default.aspx>.
70. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros nº 96-B/2020 *Diário da República | Série I 96(2020-11-12):2 - 9*. Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Descentralização.

Anexos

Anexo A1 - Questionário

Alimentação escolar em tempos de pandemia. Respostas sociais durante o encerramento das escolas

No âmbito do mestrado em alimentação coletiva pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto encontro-me a realizar a minha dissertação em “Alimentação escolar em tempos de pandemia. Respostas sociais durante o encerramento das escolas”.

Assim, venho pedir a vossa colaboração no preenchimento deste breve questionário sobre as respostas por parte dos municípios durante o encerramento escolar e ao longo da pandemia.

Grata pela colaboração.

1 - Identificação do município:

2 - Função do colaborador a preencher o inquérito:

3 - O seu Município disponibilizou refeições escolares (ex. almoço), durante o encerramento das escolas, para os alunos inscritos nas escolas públicas?

Sim

Não

4 - As refeições, da responsabilidade do seu departamento, foram disponibilizadas para (pode assinalar mais que uma opção):

A - Os alunos de todos os níveis de escolaridade (do pré-escolar ao 12º ano)

B - Os alunos do pré-escolar

C - Os alunos do 1º ciclo do ensino básico

D - Os alunos do 3º ciclo

E - Ensino secundário

5 - A quem foram disponibilizadas as refeições escolares durante o encerramento das escolas? (pode assinalar mais que uma opção):

A - Alunos com escalão 1

B - Alunos com escalão 2

C - Filhos de profissionais de serviços essenciais

D - Crianças sem retaguarda familiar

E - Todos os alunos, de todos os níveis de ensino

F - Outra: _____

6 - Quais as opções disponibilizadas para as refeições escolares (pode assinalar mais que uma opção):

A - Refeitórios abertos

B - Entregas diárias de refeições (para take-away) nas escolas

C - Entregas semanais de refeições para alunos

D - Entregas de cabazes alimentares para alunos

E - Entrega de Vouchers para alunos

F - Outra: _____

7 - A refeição disponibilizada foi (pode assinalar mais que uma opção):

A - Pequeno-almoço

B - Almoço

C - Lanche da manhã

D - Lanche da tarde

E - Jantar

8 - Durante este período as refeições escolares foram gratuitas para todos os alunos de todos os níveis de ensino?

Sim

Não

9 - Como foram processados os pedidos ASE:

Foram mantidos os pedidos já existentes

Foram aceites novos pedidos

10 - Qual o número de pedidos ASE antes da pandemia? _____

11 - Qual o número de pedidos ASE de momento? _____

12 - Tempo de resposta a novos pedidos

A- Os pedidos foram automaticamente atendidos (1 a 2 dias)

B- Os pedidos levaram em média 1 semana a serem atendidos

C- Os pedidos levaram em média 2 semanas a serem atendidos

D- Não houve capacidade de resposta para novos pedidos

13 - Houve capacidade de resposta a todos os pedidos já existentes?

Sim

Não

13.1 - Se não, porquê? _____

13.2 - A quantos pedidos não chegaram? _____

14 - O custo da refeição manteve-se igual para os diferentes escalões de ASE?

Sim

Não

14.1 - Se não, qual a alteração? _____

15 - Houve apoio económico para a alimentação escolar para quem não beneficia de ASE?

Sim

Não

16 - Houve pedidos de entrega ao domicílio da refeição escolar das crianças que se encontram com os pais em isolamento profilático ou quarentena por COVID-19?

Sim

Não

16.1 - Se sim, houve capacidade de resposta?

Sim

Não

17 - Se houve entrega da refeição escolar para crianças que se encontravam com os pais em isolamento profilático ou em quarentena, como foi disponibilizada a ajuda?

A - Juntas de freguesia

B - Associações independentes

C - Técnicos do município

D - Grupos de voluntários

E - Outros: _____

18 - Foi possível manter as ementas planeadas (por exemplo, em situação de entrega Kits semanais)?

Sim

Não

18.1 - Se não, porquê? _____

19 - Se foi necessário efetuar alterações às ementas planeadas, estes ajustes e, consequentemente a nova ementa, foram elaborados por um(a) Nutricionista?

Sim

Não

20 - Nos casos em que houve entrega de kit, que embalagens foram utilizadas?

A - Entregas em descartáveis

B - Entregas nos recipientes dos alunos

C - Entregas em recipientes da instituição para reutilização

D - Não houve entrega de kit

21 - Houve monitorização (por exemplo através de inquérito) em relação à satisfação por parte das crianças com as refeições escolares durante o encerramento das escolas?

Sim

Não

22 - Se houve monitorização da satisfação quanto às refeições servidas durante o encerramento das escolas, qual o grau de satisfação? _____

Anexo A2 -Lista de município que participaram no inquérito

Abrantes	Azambuja	Chamusca	Fornos de Algodres	Matosinhos
Águeda	Barreiro	Cinfães	Fundão	Mealhada
Albergari				
a-a-Velha	Batalha	Coimbra	Góis	Mesão Frio
Albufeira	Beja	Coruche	Golegã	Mogadouro
Alcanena	Benavente	Covilhã	Gouveia	Moita
Alcobaça	Bombarral	Crato	Grândola	Monchique
Alcoutim	Braga	Cuba	Guimarães	Monforte
Alenquer	Bragança	Elvas	Lagos	Montalegre
Alfândega		Entroncamen		
da Fé	Cabeceiras de Basto	to	Lamego	Montemor-o-Velho
Almada	Cadaval	Espinho	Leiria	Montijo
Almeirim	Caminha	Esposende	Lisboa	Moura
Alvaiázer				
e	Carregal do Sal	Estarreja	Lourinhã	Mourão
Alvito	Cartaxo	Fafe	Lousã	Murça
Amadora	Cascais	Faro	Lousada	Nelas
Amarante	Castelo de Paiva	Felgueiras	Mafra	Óbidos
		Ferreira do		
Amares	Castro Marim	Alentejo	Maia	Odemira
		Ferreira do		
Ansião	Castro Verde	Zêzere	Mangualde	Odivelas
Arruda				
dos		Figueira da	Marco de	
Vinhos	Celorico da Beira	Foz	Canaveses	Oeiras
Avis		Figueira de		
		Castelo		
	Celorico de Basto	Rodrigo	Marinha Grande	Oleiros

Lista de municípios que participaram no inquérito (continuação)

Olhão	Ponte de Sor	Santo Tirso	Tavira	Vila do Conde
Oliveira		São Brás de		Vila Nova da
de Frades	Portimão	Alportel	Terras de Bouro	Barquinha
Oliveira		São Pedro do		
do Bairro	Porto	Sul	Tomar	Vila Nova de Cerveira
				Vila nova de
Ourém	Proença-a-Nova	Sardoal	Tondela	Famalicão
Ovar	Resende	Seia	Torres Novas	Vila Pouca de Aguiar
Paços de				Vila Real de Santo
Ferreira	Rio Maior	Seixal	Torres Vedras	António
Palmela	S. João da Madeira	Serpa	Trancoso	Vila Verde
Paredes	Sabrosa	Setúbal	Trofa	Vimioso
Pedrógão				
Grande	Sabugal	Silves	Vagos	Viseu
Penacona	Salvaterra de Magos	Sines	Valença	Vizela
Penafiel	Santa Comba Dão	Sintra	Valongo	Vouzela
Penalva		Sobral de		
do		Monte		
Castelo	Santa Maria da Feira	Agraço	Valpaços	
	Santa Marta de			
Penela	Penaguião	Soure	Viana do Castelo	
Pombal	Santarém	Sousel	Vila de Rei	
Ponte da				
Barca	Santiago do Cacém	Tabuaço	Vila do Bispo	

Anexo B - Figuras e Tabelas

Figura 1. Resposta a nível Nacional (n, %).

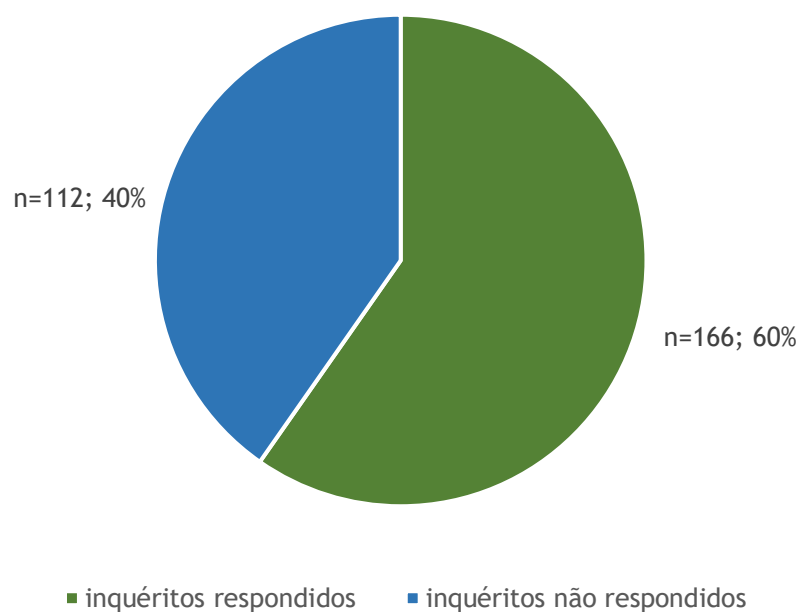


Figura 2. Respostas por Região Geográfica (n, %).

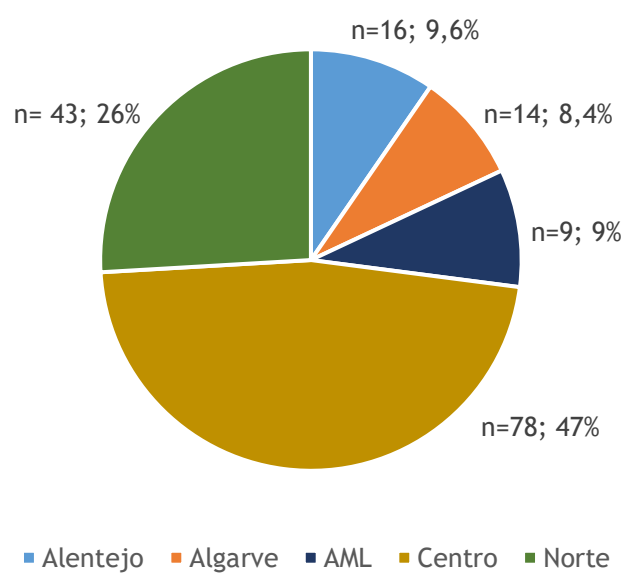


Figura 3. Resposta nacional aos inquéritos por Região Geográfica (n, %).

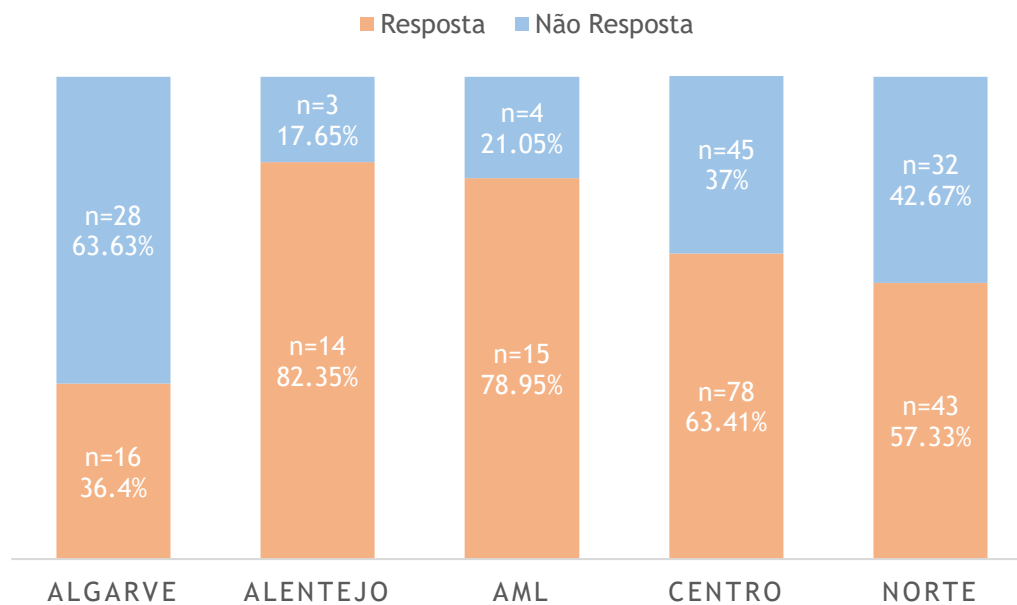


Figura 4. Função de colaborador (n, %).

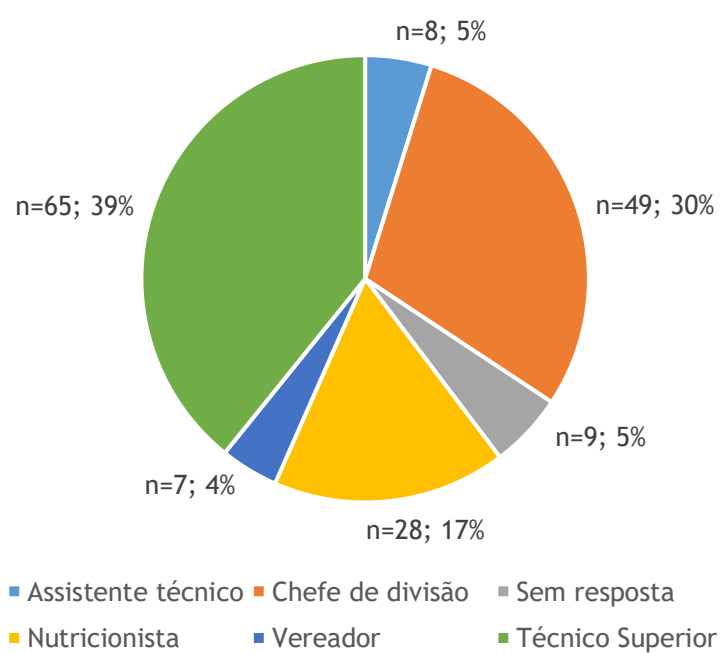


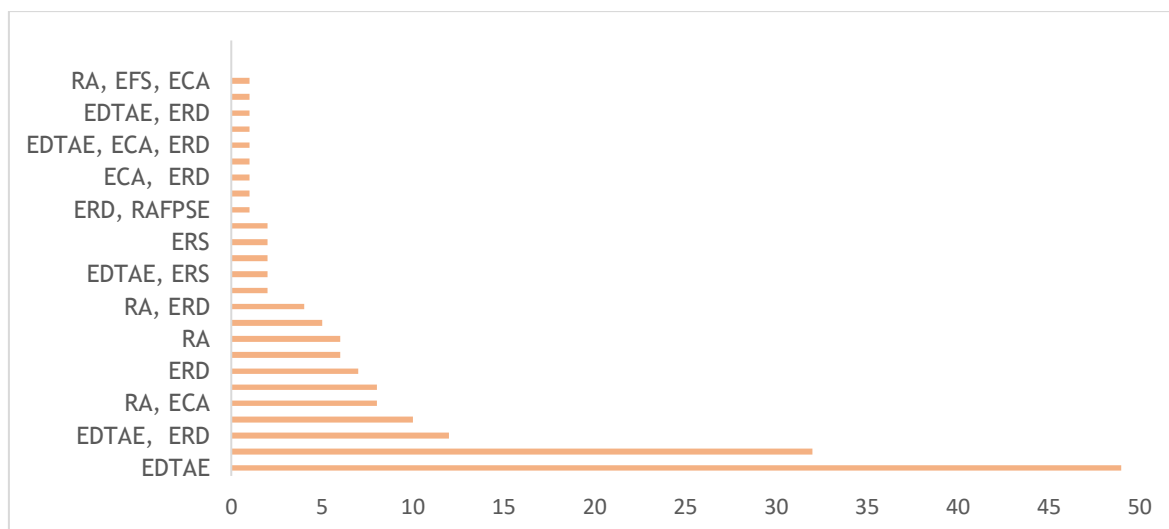
Tabela 1. Refeições disponibilizadas durante o período de encerramento das escolas (n, %).

	N	%
Almoço	119	71,7%
Almoço e Lanche tarde	16	9,6%
Almoço e Jantar	8	4,8%
Almoço, LM	8	4,8%
Almoço, LM e LT	6	3,6%
Almoço, LM, LT e Jantar	3	1,8%
Almoço, LT e Jantar	1	0,6%
Lanche da manhã, LT	1	0,6%
LT	1	0,6%
PA e Almoço	1	0,6%
PA, Almoço, LM, LT e Jantar	1	0,6%
PA, Almoço, LT e Jantar	1	0,6%
Total	166	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

*PA: Pequeno-almoço; LM: Lanche da manhã; LT: Lanche da tarde

Figura 5. Modo de disponibilização de refeições durante o encerramento das escolas, por município (n).



RA - refeitórios abertos

EDTAE - Entregas diárias de refeições (para take-away) nas escolas

ERD - Entrega de refeições ao domicílio

ECA - Entregas de cabazes alimentares para alunos

EV - Entrega de Vouchers

RAFPSE - Refeitórios abertos apenas para filhos de profissionais de serviços essenciais

ERS - Entregas de refeições semanais

Figura 6. Respostas obtidas à questão “Números de pedidos antes da pandemia” e no “momento da resposta” (n, %).

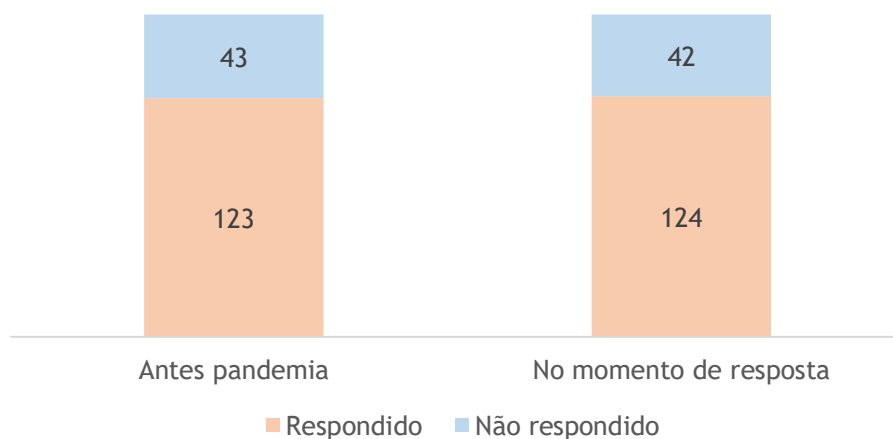
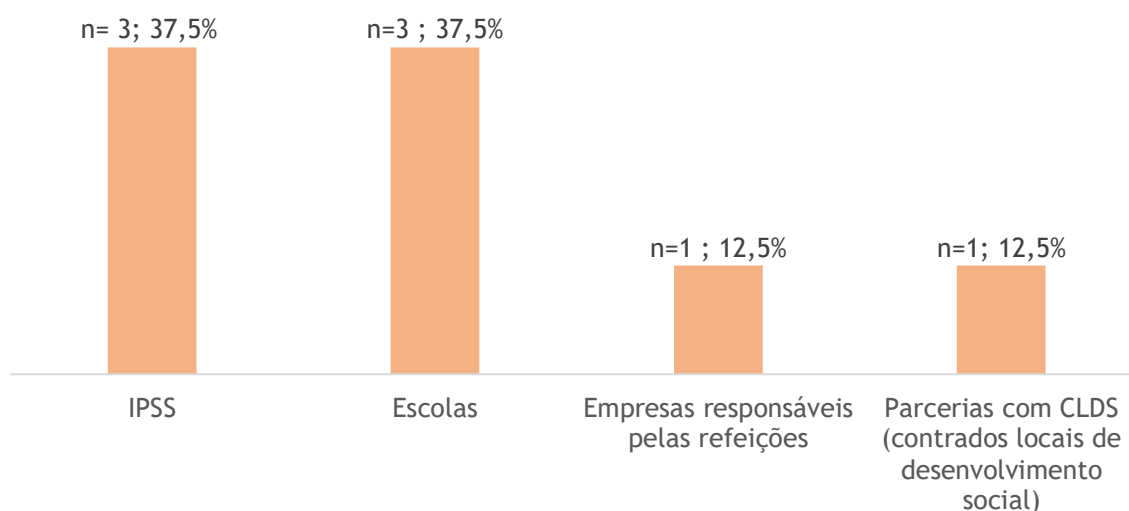


Figura 7. Outros meios de distribuição disponibilizados pelos Municípios (n, %).**Tabela 2.** Fornecimento de refeições por nível de escolaridade (n, %).

	N	%
OS ALUNOS DE TODOS OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	91	54,8%
OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	2	1,2%
OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, OS ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO, OS ALUNOS DO 3º CICLO, ENSINO SECUNDÁRIO	2	1,2%
OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	57	34,3%
OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, OS ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO	3	1,8%
OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, OS ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO, OS ALUNOS DO 3º CICLO	11	6,6%
TOTAL	166	100%

Estatística descritiva: Frequências absolutas e Percentagens

Figura 8. Fornecimento de refeições (por escolaridade) por município (%).

- Os alunos de todos os níveis de escolaridade
- Os alunos do 1º ciclo do ensino básico
- Os alunos do 1º ciclo do ensino básico, Os alunos do 2º ciclo do ensino básico, Os alunos do 3º ciclo, Ensino secundário
- Os alunos do pré-escolar, Os alunos do 1º ciclo do ensino básico
- Os alunos do pré-escolar, Os alunos do 1º ciclo do ensino básico, Os alunos do 2º ciclo do ensino básico
- Os alunos do pré-escolar, Os alunos do 1º ciclo do ensino básico, Os alunos do 2º ciclo do ensino básico, Os alunos do 3º ciclo

